

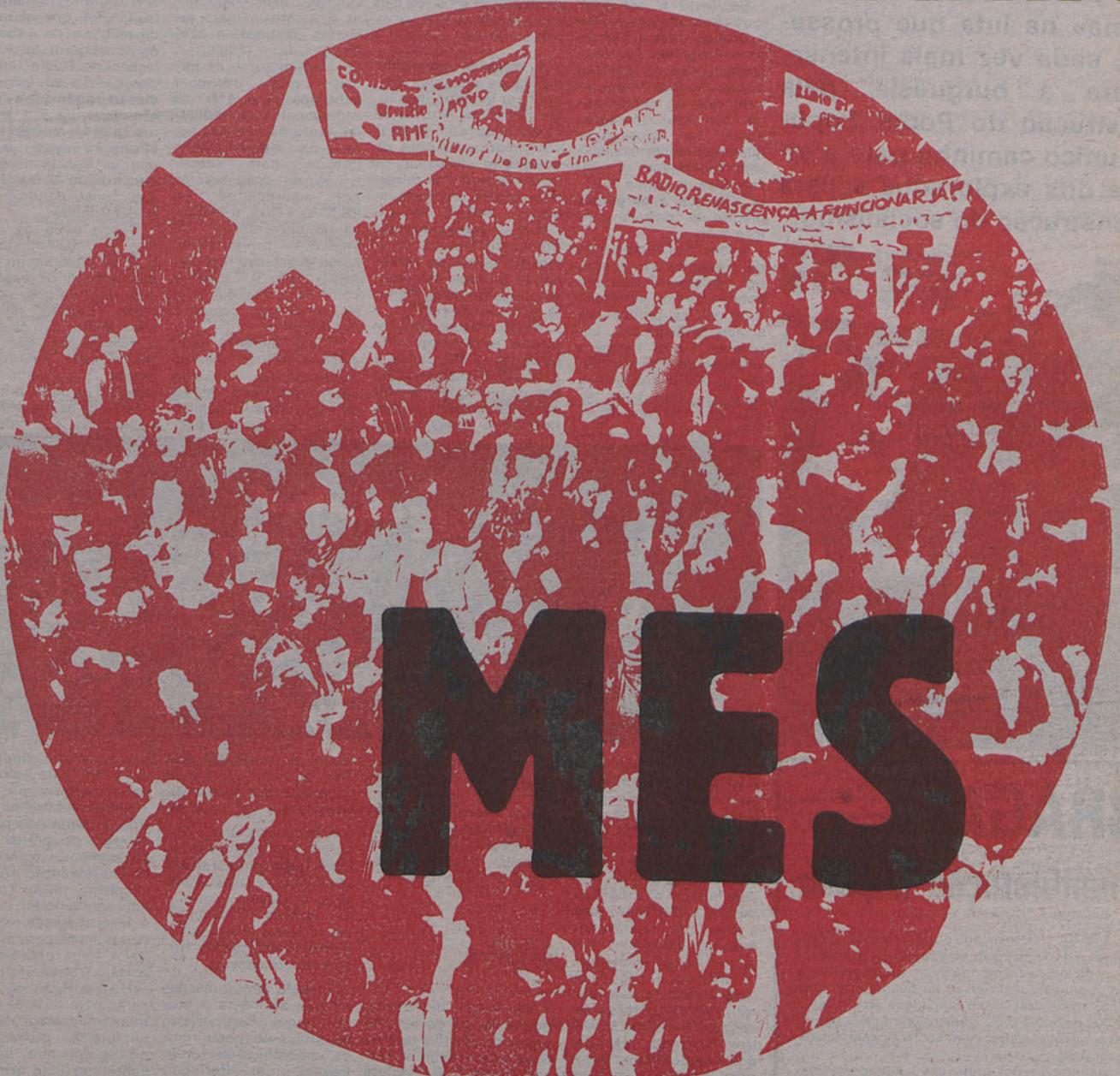
TO LEGAL
12. NOV. 1975

Poder Popular



Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I n.º 14 (Nova Série) 23-30 de Outubro de 1975 Preço 4\$00

A CLASSE OPERÁRIA



MES

AVANÇA!

RASP/CICAP · SETENAVE · SUV(ÉVORA) · PEDREÍRAS · RÁDIO RENASCENÇA · TUV

RÁDIO RENASCENÇA NO AR: VITÓRIA DO PODER POPULAR

Hoje a R. R. de novo no ar, para além de constituir um marco glorioso na luta do proletariado português, terá de ser sobretudo uma «arma» na luta que prossegue, cada vez mais intensa, contra a burguesia, pela construção do Poder Popular, único caminho para a vitória dos explorados e para a construção do socialismo.

Os capitalistas, que vivem do trabalho que outros realizam, organizam o Estado de modo a garantir a manutenção dessa situação. Pilares fundamentais deste Estado são a **Repressão** e a **Propaganda**.

De facto é condição fundamental para a **Paz e Ordem, para a Disciplina e Progresso** (da burguesia), que as massas de explorados não percebam que os exploradores são seus inimigos. Assim se conseguiria que docilmente aceitassem continuar a encher-lhes os cofres. É para isto que a burguesia precisa de controlar a informação.

Todos nos lembramos da Imprensa no tempo do fascismo. Todos conhecemos o «pluralismo» que se pratica nas sociais-democracias europeias. Todos vemos a «independência» do «Luta» ou do Jornal Novo, para já não falar no «Tempo» ou no «Nova Terra».

so revolucionário que vivemos, estes valores essenciais (à manutenção do capitalismo) foram frontalmente postos em causa.

A **máquina repressiva** de que os trabalhadores fardados eram parte fundamental, já mostrou não estar disposta a servir os exploradores.

A **máquina estuprificadora** de que eles dispunham também lhes fugiu das mãos. Através de várias lutas, com processos próprios e linhas de orientação diversas, os trabalhadores dos principais órgãos da comunicação social recusaram-se a continuar a ser propagandistas do capitalismo, passando a colocar-se ao lado das massas trabalhadoras em luta pelo socialismo.

Neste processo encontraram particulares dificuldades o República e a Rádio Renascença, já que os inimigos a vencer eram poderosos: a **hierarquia da Igreja**, desde

merecer a confiança e os dólares, marcos e florins dos seus patrões imperialistas.

É pois natural que se vão acabando as frases bonitas, os «pluralismos» e os «socialismos». O verdadeiro jogo surge cada vez mais claramente. É a censura para assuntos militares, a ocupação das rádios, a chantagem sobre os jornais que recebem subsídios. É o AML, os saneamentos à esquerda, tanto no Exército como na Administração Pública, com substituição de progressistas por «apartidários» do PS, PPD e CDS, a tentativa de encerramento de unidades progressistas como aconteceu recentemente com o CICAP e como se pretendia com as campanhas contra o RALIS e RPM.

A esta ofensiva reaccionária têm as massas trabalhadoras sabido opôr a sua força imensa de explorados. Organizadas e conscientes, pos-

dores à conquista do Poder.

RENASCENÇA É DO POVO! O PAÍS TAMBÉM O SERÁ!

A grande manifestação em que dezenas de milhares de trabalhadores abriram as instalações de Rádio Renascença, não só exigindo mas **impondo** que a emissão volte para o ar foi um grande momento de afirmação desse poder que os trabalhadores já construíram e dia a dia vão consolidando — o **Poder Popular**.

Desde o 25 de Abril que os trabalhadores da R. R. se puseram ao lado das massas de explorados, em luta pelo socialismo. Fazê-lo não é fácil. Muitos são os erros e incorrecções que ficarão a servir de ensinamento. Que o saldo é altamente positivo, prova-o o facto de as massas trabalhadoras a considera-



BRAGA manifestação popular

BRAGA — Convocada por Comissões de Moradores e de Trabalhadores, com apoio de sindicatos e de organizações políticas progressistas e revolucionárias, realizou-se, na quarta-feira, uma grande manifestação em Braga, que reuniu cerca de 5000 trabalhadores. Número tanto mais significativo, quanto tivermos em conta as características da zona.

As intervenções proferidas junto ao Governo Civil caracterizam-se pela afirmação da força do Poder Popular.

Por fim a manifestação dirigiu-se ao quartel, onde se gritaram palavras de ordem como «Reaccionários fora dos quartéis, já!», «Pires Veloso, candidato a Pinochet»

A «filosofia» que aí se divulga é conhecida: os patrões são gente respeitável e amiga dos operários. Sem eles as fábricas não produziriam — quem ficaria com os lucros? (e é sabido que sem lucros não há produção...). Por outro lado a crise (do capitalismo, note-se) exigiria — segundo estes «filósofos» — esforço e sacrifícios (dos trabalhadores, claro!). Assim, de mãos dadas (uns trabalhando, outros lucrando), explorados e exploradores deveriam colaborar na reconstrução da Pátria!

EM CAUSA OS INSTRUMENTOS DA DOMINAÇÃO

No decurso do proces-

sempre e ainda hoje ao serviço das forças políticas mais reaccionárias, e os **falsos socialistas** que dirigem o PS, novos lacaios (de falinhas mansas) do capitalismo nacional e internacional.

O PLANO DO CAPITAL

As forças de direita, na sequência do recente golpe de Estado que as colocou em força no Governo e no C. R., sentem claramente que têm de transformar rapidamente em poder e em lucros esse êxito. Só assim poderão opôr-se ao «indisciplinado» Poder Popular que tanto temem. Só assim poderão continuar a

suem já um **Poder** que lhes permite oporem-se com êxito aos golpes da burguesia.

A burguesia tem o Governo, mas não governa. Quer desesperadamente força para o fazer. Compete à classe operária, às massas trabalhadoras, a todos quantos lutam pelo socialismo, impedir que o consiga.

É neste panorama geral que se insere a luta da Rádio Renascença, na luta pelo poder que os trabalhadores hoje travam, em Portugal, contra os exploradores.

Em cada caso particular há que impedir que a burguesia dite a sua lei. É fundamental saber transformar cada vitória num novo passo na caminhada dos trabalha-

rem como sua, vindo para a rua para impôr a sua reabertura.

Entretanto várias têm sido as tentativas para a entregar ao patriarcado, colocando-a do lado da contra-revolução (como acontece, aliás, com o emissor do norte).

Mas as forças reaccionárias nada podem contra a força enorme das massas trabalhadoras.

Hoje a R. R. de novo no ar, para além de constituir um marco glorioso na luta do proletariado português, terá de ser sobretudo uma **arma** na luta que prossegue, cada vez mais intensa, contra a burguesia, pela construção do Poder Popular, único caminho para a vitória dos explorados e para a construção do socialismo.

documento do Secretariado
da Organização
Regional de Lisboa

A SITUAÇÃO ACTUAL, O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS E O PODER POPULAR

A queda do V Governo Provisório, a tomada do Conselho da Revolução e do M. F. A. pelos oficiais direitistas e social-democratas e a consequente formação do VI Governo de coligação (P. P. D., P. S., P. C. P.) de submissão ao imperialismo e de salvação do capitalismo, marcam o êxito, embora momentâneo e parcial, da ofensiva da direita, que usou como pontas de lança o P. S. e o «grupo dos nove» e que se articulou com todas as outras forças reaccionárias, incluindo as acções violentas do E. L. P., M. D. L. P. e outras forças fascistas.

Esta ofensiva foi possível em virtude da anterior direcção do processo político, (o M. F. A. e partidos reformistas) ser hesitante e ambigua e conter no seu seio inimigos abertos do processo revolucionário e do povo. Esta direcção de características eminentemente pequeno-burgueses e o seu antimonopolismo estreito só conseguiu dar passos significativos em momentos de ascensão da luta de massas, particularmente em resposta a golpes reaccionários, momentos esses que não produziram alterações qualitativas na direcção do processo.

Face ao agravar da crise económica e perante o crescente movimento popular de massas, a natureza pequeno-burguesa da direcção política anterior, a sua inconsequência e as contradições existentes no seu seio revelaram-se em toda a extensão, acabando por desagregá-la.

UMA NOVA FASE DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

É assim que estamos numa fase nova do processo revolucionário que tem as seguintes características:

1. O M. F. A. desaparece como força progressista. O avanço do processo provocou o agudizar das suas contradições e o alinhamento cada vez mais nítido, dentro do M. F. A., de tendências que no essencial reflectiam interesses de classes antagonicas.

Deste modo o M. F. A. foi caminhando para aquilo a que estava inevitavelmente condenado: o seu desaparecimento enquanto estrutura autónoma das Forças Armadas.

Neste momento, o M. F. A., composto na sua maioria por oficiais direitistas, tende a confundir-se com as estruturas burguesas das F. A. e perder a sua autonomia tanto do ponto de vista político como militar. O momento que se vive é de alinhamento das classes fundamentais para o confronto decisivo; eis porque nesta situação, já não haverá lugar para o M. F. A., qualquer que ele seja e a alternativa que se coloca é: exército burguês/exército popular.

2. A formação de um poder político-militar claramente direitista e militarizado, mas sem possibilidade de governo efectivo imediato.

O VI Governo, formado maioritariamente por sociais-democratas e por representantes das forças fascistas, com a cobertura de um poder militar (Conselho da Revolução, comandos das regiões militares, etc.), inicia uma série de medidas repressivas que não consegue aplicar. A social-democracia demonstra, assim, a sua inviabilidade no momento em que se encontra no Poder, e é ela a primeira a apontar a única solução que resta à burguesia: o golpe fascista.

Esta ofensiva da direita não é bem sucedida, pois encontra um obstáculo fundamental que é outra característica essencial da nova situação: o movimento popular de massas.

3. O amadurecimento do movimento popular que se vem dando desde o 25 de Abril e que se revela entre outros aspectos por:

- Multiplicação dos órgãos de poder popular;
- Desenvolvimento das formas de coordenação destes órgãos de poder dos trabalhadores, nomeadamente através de:
 - a) Intercomissões de trabalhadores e moradores
 - b) Assembleias Populares locais.
- Desenvolvimento do controlo operário sobre a produção;
- Avanço na luta pela reforma agrária;
- Crescente intervenção política destes órgãos de poder

Vendo estas conquistas em perigo, respondem as massas populares com a classe operária na vanguarda, com um amplo e diversificado movimento em que se destaca:

— A formação dos S. U. V. e a sua grande capacidade mobilizadora que respondeu de uma forma eficaz à ofensiva desencadeada pela direita contra as posições de esquerda no aparelho militar.

A resposta clara e inequívoca dada pelas massas populares aos ataques desencadeados contra os órgãos de informação progressistas, de entre os quais se destaca as lutas que se travam em torno da R. R. e do «República».

A mobilização massiva de sectores do proletariado (urbano e rural) contra o actual Governo, impedindo-o de executar as suas decisões, desmascarando os seus interesses de classe, colocando a questão do Poder na ordem do dia (caso dos metalúrgicos e trabalhadores rurais).

O apoio popular às unidades militares de esquerda e a todos os militares revolucionários alvo da repressão do poder militar (C. I. C. A., R. A. S. P., P. M., Ralis, Beja, etc.).

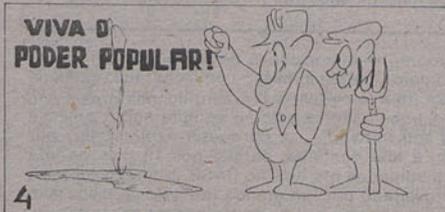
O que há de novo neste processo é, para além da sua intensidade e alcance, a capacidade de mobilização dos órgãos de Poder Popular para a acção de natureza política global, articulados com a satisfação dos interesses concretos e imediatos dos trabalhadores e, por outro lado, a força e aceitação popular dos S. U. V., embrão da organização autónoma e de classe dos soldados e marinheiros, e da sua articulação com os órgãos de Poder Popular.

O que há de novo neste processo é a capacidade que as massas demonstram de romper com as propostas reformistas para o movimento popular de massas

AS TAREFAS QUE SE IMPÕEM

4. As tarefas prioritárias do actual momento do ponto de vista popular e revolucionário são inegavelmente as seguintes:

1. Resposta firme às tentativas repressivas da direita no Poder (órgãos de informação, quartéis) com base na mobilização popular;



2. Reforço da organização popular;

3. Reforço da unidade de todos os trabalhadores, de todos os revolucionários e unificação da vanguarda política da classe operária;

4. Reforço da organização autónoma, unitária e revolucionária dos soldados nos quartéis e da ligação entre estes e os órgãos de Poder popular.

As movimentações de massa assumem um carácter de ofensiva política das classes trabalhadoras, de contestação permanente do poder da burguesia a todos os níveis da sociedade (na produção, nas F.A.)

A questão do poder está na ordem do dia.

Mas a vanguarda política da classe operária não existe organizada.

Para o avanço da Revolução Socialista é objectivo fundamental a unificação da vanguarda política do proletariado que permita à classe operária e aos seus aliados já conquistados fazer a síntese das experiências parciais de poder e controlo da sociedade e armar-se politicamente para o exercício do Poder.

A unificação da vanguarda política do processo passa pelo fortalecimento dos órgãos de Poder Popular — C. M., C. T., C. A., A. P., C. S., etc. — na base da consolidação dos objectivos anticapitalistas do movimento popular de massas.

O reforço da unidade de todos os revolucionários, de todos os explorados e oprimidos nas tarefas que ultrapassam a lógica exclusivamente partidária, e não fazer compromissos com forças contra-revolucionárias, é condição fundamental para o reforço das CT, CM, etc. enquanto órgãos de poder dos trabalhadores, embrão do futuro Estado Proletário em oposição ao aparelho de Estado burguês que é urgente destruir.

A tomada do poder pelos trabalhadores significa a destruição do aparelho de Estado burguês e nada tem a ver com a ocupação progressiva de postos-chave do aparelho de Estado burguês por esses órgãos de Poder Popular.

O fortalecimento dos órgãos de Poder Popular assenta fundamentalmente na unificação dos órgãos de Poder Popular em torno de um programa de luta que articula os objectivos específicos de luta com objectivos políticos globais.

ULTRAPASSAR O REFORMISMO, DESENVOLVER A OFENSIVA POPULAR

Neste momento e quando as massas populares e todos os revolucionários se empenham verdadeiramente e com frutos já visíveis no desenvolvimento dessas tarefas, acontece que as forças reformistas, nomeadamente o P. C. P., embora proclamando os mesmos objectivos, tem vindo a dificultá-las através de manobras e processos de actuação que atrasam a unificação e a ofensiva popular e pelas quais lhe caberá pesada responsabilidade histórica.

A actuação do P. C. P. caracteriza-se pela tentativa de instrumentalização das movimentações populares a interesses partidários, desviando os seus objectivos para o apoio semi-passivo a projectos sem qualquer viabilidade e cuja direcção é estranha à classe operária.

O P. C. P. faz hoje, em particular na região de Lisboa, uma verdadeira política de «regresso aos cemitérios», tentando desencerrar «defuntos políticos» (como M. F. A., Conselho da Revolução à antiga, etc.) que já a própria dinâmica da luta de massas se encarregou de enterrar.

O P. C. P. pretende das movimentações de massa que fomenta tirar frutos políticos partidários que lhe permitam ganhar poder contratual face à social-democracia, para reforçar a sua posição no seio do aparelho de Estado, preparando condições para um novo compromisso.

O reformismo, no momento em que já não tem qualquer capacidade de dirigir o movimento de massas na perspectiva ofensiva que ele exige, consegue, no entanto, dificultar a unificação dos órgãos de Poder Popular em bases políticas e numa perspectiva da construção de um poder novo — o poder dos trabalhadores — servindo-se para isso da influência que ainda tem.

Outra expressão política do reformismo e que ganhou uma certa influência nos órgãos autónomos dos trabalhadores e da qual se reivindicam as ditas organizações «m-l-maoístas» é a que reduz os órgãos de poder dos trabalhadores a meros órgãos de expressão da «vontade popular». Esta concepção radical não só na incompreensão do que é o poder na sociedade capitalista, como na análise incorrecta da actual situação política, escamoteando que na situação de grave crise de domínio da burguesia que vivemos se tem aprofundado a dualidade de poderes, isto é, a coexistência de órgãos de afirmação do poder dos trabalhadores e dos órgãos de poder da burguesia.

Esta perspectiva escamoteia ainda a questão da tomada do Poder pelos trabalhadores remetendo-se unicamente para a conquista do aparelho de Estado através do «P. C. reconstruído».

Porque a questão que se põe é esta:

- Poder Popular ou poder reaccionário;
- Governo dos trabalhadores ou governo dos capitalistas.

E para que o poder seja o Poder Popular e que o Governo dos trabalhadores seja o Governo da Unidade Revolucionária, é decisivo reforçar o Poder Popular nos quartéis, nos campos e nas fábricas.

6.ª feira:



todos ao Plenário do RASP

VELOSO E PPD BONS AMIGOS

Façamos um pouco de história sobre os acontecimentos do RASP. Para tal, passamos a citar os SUV durante uma conferência de Imprensa, no Porto, no princípio desta semana:

«... vejamos o que aconteceu com a manifestação de quarta-feira, dia 8. Nesse dia, face à decisão dos soldados em luta dentro do RASP, e das massas populares que apoiavam corajosamente os seus camaradas fardados, permanecendo firmemente às portas do RASP, o sr Veloso não podia entrar com os seus carros de combate. Perante isto, surgiu uma acção bem planeada e executada — arranjar uma manifestação (convocada pelo PPD) de apoio a sr. brigadeiro. Esta manifestação veio a Gaia com duas finalidades: primeiro, desalojar os trabalhadores e moradores que defendiam o RASP com o seu próprio corpo; segundo, depois de limpar a entrada do RASP, os seus manifestantes dariam uma salva de palmas aos carros de combate, que entrariam depois para libertar o RASP.

Mas todos nós conhecemos o que aconteceu a este plano; meteu água. Meteu água porque o sr. Veloso não contou com o inimigo, que é o inimigo nº 1 desse sr.: os trabalhadores fardados e não fardados, que sem aventureirismos, mas com toda a decisão que dá a luta por uma causa justa, se defenderam dentro e fora do RASP contra as provocações e agressões, formando-se uma barreira indestrutível frente às fracas armas do inimigo, com muito aço e poucos braços.

Passados dois dias, assistia-se a mais uma provocação do OG aos trabalhadores. Aconteceu que, bandos fascistas organizados (CDS, ELP, etc.), foram armados e em frente da sede da UDP tentou o assalto da mesma. Pois, e isto é já conhecido, só passadas 2 horas foram mandadas tropas pelo sr. Veloso para "acabar" com esta agressão dos fascistas, quando já havia mais de 50 feridos. Não há aldrabice nenhuma que justifique este procedimento a um trabalhador.

Nestes 13 dias que abalaram a burguesia, os trabalhadores, ao defenderem-se, ao estarem prontos para a luta às portas do RASP, experimentaram dia a dia a unidade de classe, a unidade dos trabalhadores fardados e não fardados. Esta unidade está a aumentar cada vez mais, depois de os soldados em luta no RASP terem reconhecido que deviam sair do RASP para continuarem a luta.»

A LUTA CONTINUA

E o comunicado do Secretariado dos SUV-Norte, prossegue:

«Os soldados do CICAP e de outras unidades saíram do RASP depois do sr. gen. Fabião se

ter comprometido a transferir todos os soldados do CICAP para nova unidade. Mas é preciso ver claramente que a Luta Continua.

A luta continua porque, violando os compromissos a que o sr. gen. Fabião deu a sua palavra, isto é, de não haver repressão sobre os soldados que lutaram e lutam pelo glorioso CICAP, são ordenados 14 saneamentos; a luta continua porque a luta nos ensinou que onde existirem soldados dentro de uma unidade dispostos a lutar pela melhoria da sua vida, e dispostos a pôr as armas ao serviço dos trabalhadores, existirá



A vinda do general Fabião ao RASP e a sua aceitação dos objectivos da nossa luta representa uma vitória. Ela será definitiva na exacta medida em que nós não pararmos na luta, mas, pelo contrário, a continuarmos, agora fortalecidos pelos passos em frente

que dêmos, pelo terreno que fizemos recuar à reacção capitalista e pela riquíssima experiência que nós e as massas populares vivemos.

Este primeiro passo foi dado porque as massas populares compreenderam isso e fizeram na nossa luta.

sempre, nesta sociedade de exploração do Trabalho pelo Capital, a ameaça de fechar esta unidade para abrir uma "escola" e as unidades ao serviço dos trabalhadores estarão sempre sob a ameaça do seu inimigo — a burguesia exploradora; por fim, a luta continua, porque nos 13 dias de luta dos soldados em luta no RASP, o tempo foi todo aproveitado por um grande trabalho de discussão e organização entre os soldados de todas as unidades presentes, resultando assim que a unidade entre os soldados é agora mais forte porque é organizada, constituindo uma força que saberá usar caso sejam atacados nos seus interesses de classe trabalhadora ou sejam ameaçados por saneamentos, prisões, etc.»

ATENÇÃO À TROPA DE CHOQUE DA BURGUESIA: O AMI

«Neste momento, é preciso desmascarar o Governo perante todos os trabalhadores, pois está a ser criado um exército profissional, o AMI (agrupamento Militar de Intervenção) formado por tropa 'especial' que já serviu o exército colonialista antes do 25 de Abril, tendo sido o Reg. de Comandos encarregado de contratar 400 ex-comandos.

Veja-se o perigo que corre o Governo de falir com estas despesas:

Um soldado ex-comando ganha 5150\$00;

Um soldado de tropa normal ganha 295\$00;

A diferença é de 1 para 20. Há falta de soldados? Porque é que se saneiam por todo o País os soldados e oficiais progressistas? Porque é que não pagam um pré justo? Quem tem medo dos soldados?

Srs. generais, ministros, etc. O que é feito da economia? Para onde vai o dinheiro que pode criar novos empregos e melhorar as difíceis condições de vida dos trabalhadores?

Aos soldados e trabalhadores: **vigilância revolucionária! Nem uma só unidade pode cair nas mãos do AMI. Os soldados não viram as armas contra o povo.** Mas o AMI, pretendendo transformar os soldados em mercenários ao serviço do capital, terá um só objectivo: **reprimir as massas trabalhadoras!**

CAMARADAS,

ESTA É A VERDADE. Por muito que custe à burguesia e seus lacaios, por muitos meios de que ainda possam dispor para tentar enganar os soldados e os trabalhadores, por muito que lhes custe, e custe a quem custar, as massas populares em movimento, na luta por objectivos justos são invencíveis.

CAMARADAS,

O MES, como organização revolucionária consequente, apoia a justa luta dos soldados do RASP/CICAP e apela para uma presença em massa de todos os trabalhadores, operários e camponeses, soldados e marinheiros junto do RASP, na próxima sexta-feira, dia 24, para com a sua presença darem uma prova insofismável da sua força e organização. O reaccionário Veloso será obrigado a cumprir os acordos.

CAMARADAS,

É na luta pela concretização do Poder Popular, no reforço das comissões de moradores, comissões de trabalhadores e conselhos de Aldeia, na progressiva fusão dos trabalhadores fardados com as estruturas de Poder Popular que se forja a unidade e a força revolucionária que há-de lançar a burguesia e seus lacaios para o caixote do lixo da História.

EM TODOS OS QUARTÉIS:

SOLDADOS EM LUTA



Jornal dos Soldados em luta no RASP-N.º 1-15 Out. 1975

RASP — lições duma luta

ORGANIZAÇÃO :

FACTOR FUNDAMENTAL PARA A VITÓRIA

Quando no nosso jornal iniciámos a publicação regular de uma página dedicada a discutir as questões relacionadas com a construção do Exército Popular não imaginávamos que poderíamos, tão rapidamente, contar com exemplos, dentro das nossas fronteiras, em que as estruturas do Exército burguês tradicional foram completamente lançadas para o monte das velharias inúteis.

O exemplo dos nossos camaradas ocupantes do R. A. S. P. é um caso claro de embrião que já contém em si algumas das características do Exército Popular.

Assim, a direcção das forças não pertence a nenhum comandante ou oficiais nomeados pelo Estado-Maior, mas sim a uma comissão cujos componentes não são obrigatoriamente oficiais e que são responsáveis (como qualquer outra comissão) perante o plenário da Unidade.

O seu posto é — membro da comissão de luta (caso R. A. S. P.) ou do Comité Revolucionário...

Não são soldados ou sargentos ou majores ou generais. Estas são as classes do Exército da burguesia. Não de um Exército Popular. Por isso a burguesia fardada e não fardada tem tanto medo do Exército Popular.

Também para executar as tarefas internas foi criada pelos ocupantes do R. A. S. P. uma comissão interna que organizou a vida da Unidade. O que é fundamental notar é que «todos» os ocupantes, independentemente da patente que usam no Exército burguês, desempenham as mesmas tarefas rotativamente. O tratamento por «meu aspirante» ou «meu alferes» foi completamente abolido. Em seu lugar simplesmente «tu» - «Camarda». Que deve ser o tratamento entre revolucionários.

E tudo isto chama a burguesia «anarquia», camaradas! Os soldados unidos e organizados lhes mostrarão o que é a «anarquia»! Uma experiência deste tipo é imensamente rica.

Sobre ela muito se há-de ainda escrever. Para já damos a palavra aos nossos camaradas ocupantes do R. A. S. P., transcrevendo um artigo do SOLDADOS EM LUTA, jornal dos soldados em luta no R. A. S. P., n.º 1 de 15 de Outubro de 1975.

ORGANIZAÇÃO: FACTOR FUNDAMENTAL PARA A VITÓRIA

Para atingirmos a vitória na nossa luta não basta lutar por objectivos justos, não basta compreendermos que a nossa derrota representará o reforço da ofensiva da reacção capitalista, dentro e fora dos quartéis, e que, pelo contrário, a nossa vitória reforçará as posições dos soldados, dos sargentos e oficiais progressistas e do povo trabalhador e diminuirá o campo de manobra dos reaccionários.

Por muita razão que tenhamos, se não estivermos organizados depressa virá a dispersão, a ausência de direcção da luta, o não cumprimento das tarefas, a confusão, a desmobilização.

Por isso, desde o início da nossa luta procurámos responder, sob o ponto de vista organizativo, a várias questões:

- a direcção da luta
- a organização militar
- a ligação às massas populares

- a organização da vida interna na Unidade (tempos livres, limpeza, jornais de parede, etc).

- o contacto com os órgãos de comunicação social.

1. Começámos por constituir uma Comissão de Luta, órgão a que se atribuíram funções de direcção e coordenação de todos os aspectos da luta.

A intensa solicitação para várias tarefas levou a que a Comissão de Luta de dispersasse, quase nunca reunisse todos os seus elementos, centralizasse em alguns dos seus elementos as tarefas principais, não preparasse devidamente os plenários e não dirigisse realmente a luta.

Soubemos aprender com os erros, reestruturámos a Comissão de Luta atendendo a que ela deve reunir os camaradas mais capa-

zes e combativos, procurámos garantir o seu funcionamento em bases colectivas e não dispersar os seus membros por tarefas que não sejam as de direcção e coordenação da

capaz de aprender com a imaginação, a experiência e a iniciativa de todos os camaradas, de tirar conclusões gerais das experiências das várias Comissões e de apontar o cami-

espingarda. Uma arma é um instrumento inútil para a Revolução se o camarada que a usa não sabe quem é o verdadeiro inimigo e qual o momento certo em que a deve utilizar.

3. Comissão de agitação e propaganda — tem como função estreitar os laços entre a nossa luta e as massas populares. Esta comissão tem desenvolvido um amplo trabalho de contacto com os novos camaradas nos quartéis nas fábricas e nos bairros. Tem igualmente feito a distribuição dos nossos comunicados.

4. Comissão interna — a sua função é organizar a vida quotidiana no quartel: serviços de entradas e saídas, limpeza, organização de escalas de serviço, distribuição dos géneros oferecidos, agitação política interna, ocupação dos tempos livres, dinamização cultural.

Esta comissão tem uma função muito importante: do seu trabalho depende a possibilidade de se ir mais longe na transformação da vida habitual nos quartéis da burguesia, em que os soldados, trabalhadores fardados, têm uma vida vazia, reduzida sobretudo à execução de tarefas manuais só subordinada à autoridade militarista e embrutecida dos oficiais reaccionários.

Uma experiência nova que tem sido avançada é a da inclusão nos trabalhos de faxina de soldados, sargentos e oficiais, procurando-se destruir a separação entre os que trabalham manualmente e os que têm funções de direcção.

5. Comissão de imprensa — redige e divulga os comunicados, organiza conferências de imprensa e coordena a feitura do Jornal de Luta, órgão de agitação e voz dos ensinamentos que a luta nos dá dia após dia.

6. Qualquer das comissões é responsável perante o plenário e a todo o momento destituível por ele.

NÓS E OS MENTIROsos

É simplesmente provocatória a afirmação de que contactámos em nome da Organização SUV, trabalhadores de diversas empresas.

Os militares presentes no RASP não são os SUV, embora tenham respondido à justa convocatória dos SUV na passada segunda-feira. Cada militar mandatado por nós para contactar com os trabalhadores, os moradores e soldados e marinheiros fala unicamente em nome dos militares presentes no RASP que colectiva e democraticamente decidem a condução da luta.

É ridícula a referência venenosa que nos comunicados do Comando da RMN é feita a «individuos envergando a farda do Exército Português», procurando sugerir que há civis fardados no RASP. Nisto acredita quem quer. Unicamente desafiamos o sr. brigadeiro ou quem quer que seja vir ao RASP descobrir civis fardados.

É rotundamente falso que só estejam no RASP recrutas do RTm e do CICAP e que os restantes sejam na sua maioria, oficiais e furiéis do quadro de complemento. Como já informámos, têm permanecido na unidade soldados, sargentos e oficiais das seguintes unidades: RASP, RIVRC, CICAP, RTm, RIP, RCPO, RCPOE, QG/RMN, HMR1, RIVR, CR/RMN, COMISSÃO EXTINÇÃO DA EX-PIDE/DGS (PORTO) RPM, RIOQ, RIT, RIC, HMPL, RALIS.

Quanto «aos fins vincadamente partidários da luta» seria óptimo que o senhor brigadeiro fosse mais concreto. O que o senhor brigadeiro teme, é que todos nós já optamos claramente pela classe operária e todo o povo trabalhador enquanto o senhor brigadeiro já mostrou estar ao lado dos exploradores e opressores.

extraído do "Soldados em Luta"

luta.

Uma direcção firme da luta não se confunde com cupulismo e burocracia, pois o Plenário é quem decide, reúne frequentes vezes e a Comissão é total e permanentemente responsável perante ele. A Comissão de Luta tem de ser

nho a seguir, tendo em conta a análise da situação em cada fase da luta.

2. Comissão Militar — trata de todas as questões relativas à organização militar e segurança. Está ultimamente ligada à Comissão de Luta para se garantir que a política dirija a

COMISSÕES DE SOLDADOS

mendigar ao capitalismo ou fazer a revolução...

A grave situação da indústria naval, o boicote internacional em curso com destaque para os países europeus da social-democracia, medidas governamentais que os trabalhadores consideram atentórias dos seus interesses e contrárias à opção socialista tantas vezes afirmada e ainda uma carta do administrador Moura Vicente, foram alguns dos motivos que levaram à convocação de uma conferência de Imprensa, na passada segunda-feira, nas instalações da Setenave.

a responsabilidade disso aos trabalhadores.

Esta atitude merece uma resposta clara e firme:

1.º Tal situação não é novidade para os trabalhadores da Setenave. Na verdade já em Junho, e na sequência de uma análise sobre a situação do sector realizada pelo CDT da Lisnave, o CTS da Setenave alertou a administração para isso mesmo.

Nessa altura tal posição foi considerada «alarmista» precisamente pelo Moura Vicente que achava que seria



ACTIVIDADE	1974		1975		Diferença	
	Marcado Nacional	1.º e 2.º Estrangeiros	Marcado Nacional	Mercado Estrangeiro	Mercado Nacional	Mercado Estrangeiro
Reparação e Construção	132.798	1.025.489	208.923	967.987	+ 84.725	- 657.507
	2.494	286.854	5.442	348.908	+ 2.955	- 62.044
Total	126.292	1.312.343	213.372	1.316.896	87.680	- 595.463
Total (Nacional + Estrangeiro)	2.038.645		1.620.862			- 507.783

Países da origem	Construções
Néruaga	19
Inglaterra	16
Japão	7
Estados Unidos	6
Grécia	6
Suecia	3
Alemanha	3
Francia	3
Hália	3
Dinamarca	1
Brasil	1
Espanha	1
Irlanda	1
Coreia	1
Líbia	1
Não Identificados	33

Na mesa estiveram os camaradas Caria do Conselho de Trabalhadores da Setenave e Sampaio do Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave.

O camarada Caria começou por se referir à carta aos trabalhadores, da autoria do administrador Moura Vicente que já mereceu detalhada resposta do CTS em vários comunicados.

Essa carta classificava a situação da empresa de **desesperada**, esforçando-se por imputar

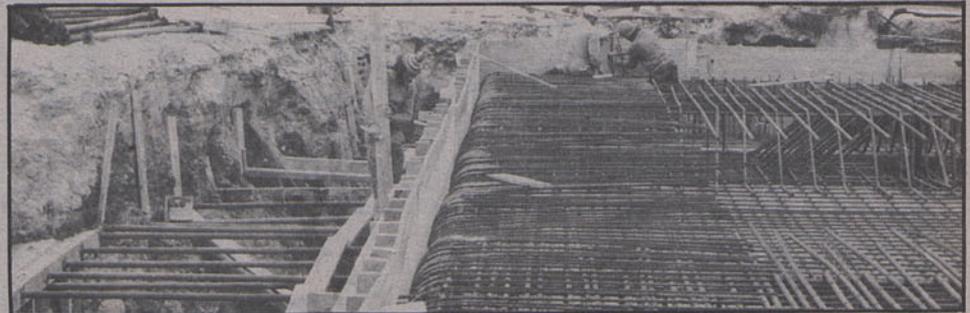
facil arranjar encomendas.

2.º Quanto às causas desta situação considera o CTS que não foram os trabalhadores que fugiram ou puseram o dinheiro fora do País, nem foram eles que deixaram de financiar a empresa.

As responsabilidades destes actos cabem aos capitalistas que iniciaram a construção da empresa, isto é, o monopólio CUF.

3.º Para além da crise geral da construção naval que afecta em particular a indústria de construção de grandes petroleiros (e que mais não é do que um aspecto da crise geral do sistema capitalista), um importante factor da crise que atravessam a Lisnave e a Setenave consiste no boicote económico contra Portugal desencadeado pelos países capitalis-

SETENAVE



tas, com particular relevo para as social-democracias europeias (como demonstram os gráficos). A tudo isto acresce o aparente desinteresse (será só isso?) das autoridades oficiais competentes. Um exemplo:

Ao sr. Francisco Martins da Lisnave foi mandada, já há tempo, uma carta por um armador estrangeiro onde se indicava a intenção de reparar cerca de 40 navios, a maior parte em estaleiros portugueses. Para isso, invocando a situação e «instabilidade política» requeriam-se garantias das autoridades governamentais portuguesas.

Até hoje não houve resposta a esta carta. Sobre isto, os trabalhadores da Lisnave e Setenave tomarão muito em breve uma posição firme, caso as garantias não sejam imediatamente prestadas. «Se for preciso vamos todos a Belém em futo-macaco».

4.º O VI Governo já tomou medidas que lesam directamente os interesses dos trabalhadores e prejudicam a possibilidade de encontrar soluções a seu favor para a actual crise.

Saliente-se a **rejeição em Conselho de Ministros da criação do Comissariado da Metalomecânica**, órgão que permitiria aos trabalhadores o controlo sobre toda a actividade do sector e a participação na sua reestruturação.

Também quanto a este ponto foi afirmada a intenção de os trabalhadores tomarem **posições firmes que obriguem o Governo, CR ou seja quem for a reconhecer que a classe operária compete decidir o que produz, como e para quem**

SOLUÇÃO SÓ PODER SER GLOBAL

O camarada Sampaio, da Lisnave, referiu-se seguidamente à situação actual da construção na-

val.

Referiu a crise do capitalismo e o boicote a Portugal. A situação actual da Lisnave é já muito difícil. É próximo o momento em que se terá de começar a empenhar o seu material para caucionar os empréstimos indispensáveis. A empresa, que tem capacidade para reparar 20 navios por mês, e que necessitaria de ter no mínimo 16 para manter equilíbrio financeiro, está a receber apenas 11...!

Isto cria graves situações de sub-emprego. Na Lisnave, actualmente, há cerca de 400 trabalhadores parados diariamente.

MENDIGAR AO CAPITALISMO OU FAZER A REVOLUÇÃO

A situação descrita põe claramente a opção que os trabalhadores e o povo português têm de fazer claramente:

ou pactuar com o capitalismo, hipotecar a independência nacional, entregar o poder à social-democracia e mendigar, por essa Europa empréstimos e encomendas (o que trará emprego, mas exploração para os operários e prosperidade para a burguesia);

ou avançar decididamente no caminho da Independência Nacional e da Revolução Socialista.

Só neste caso a classe operária encontrará verdadeiras soluções para os seus problemas e para as suas aspirações.

A solução neste caso, passará pela transformação total das empresas, aliás integrada na transformação, mais vasta ainda, de toda a estrutura da sociedade.

Para pôr em prática tal projecto, são necessárias as seguintes medidas:

1.º **nacionalização das empresas** (em parte já realizada) como forma de desmantelamento do

poder dos grandes capitalistas.

2.º **organização do controlo operário**, ponto fundamental da afirmação do poder dos trabalhadores sobre a sociedade.

O controlo operário é exercido sobre o capital, administração e gestão de recursos técnicos e humanos, de acordo com os interesses da classe operária na construção da sociedade socialista.

3.º **reconversão das empresas** já que a análise mostra que a construção e reparação de grandes petroleiros é uma indústria em situação de crise e que está totalmente dependente dos países capitalistas.

4.º **planificação a nível nacional**, princípio fundamental de qualquer economia que vise satisfazer as necessidades da população trabalhadora e não a ganância do lucro dos capitalistas. Na actual situação esta planificação é particularmente necessária e urgente dada a grave situação existente na indústria metalomecânica pesada e na construção naval.

SÓ OS TRABALHADORES FARÃO A REVOLUÇÃO

A relação entre a crise da Lisnave e da Setenave e a situação política geral é evidente. Os trabalhadores, empenhados em pôr em prática o programa atrás enunciado, encontram pela frente a oposição desesperada de um VI Governo apostado em salvaguardar os privilégios da burguesia. A rejeição do projecto de criação do Comissariado da Metalomecânica é disso um primeiro exemplo.

E neste contexto que os operários da Lisnave aprovaram já, em plenário, uma moção de total desconfiança do VI Governo.

Foi salientado ainda que o problema não é

apenas do VI Governo, mas mais vasto: «nunca acreditámos que fossem os burgueses a fazer a revolução». Isto põe claramente a questão da tomada do poder pelas forças revolucionárias, com a classe operária à cabeça.

DISCIPLINA, DISCIPLINA

Falou-se ainda num assunto que recentemente causou grande preocupação nos operários da Setenave: um despacho de 2 de Junho de 1975 mandava criar o OMI (organização militar nas empresas). Consiste isto em atribuir estatuto militar às pessoas em caso de situação de crise. Esta forma de organização dentro da empresa, destinada em princípio a assegurar a prestação de trabalho poderia servir como instrumento repressivo, nomeadamente contra greves. Os mobilizados ficariam sob autoridade e disciplina militares. Estava já indicado um capitão que se instalaria na fábrica, com acesso aos ficheiros, que tinha até ordenado a compra de mobílias para esse serviço.

Os trabalhadores decidiram já cancelar a compra de material e impedir a entrada no Estaleiro do pretendo comandante dessa organização.

A RENASCENÇA É DA REVOLUÇÃO

A terminar foi anunciada a intenção de propor aos trabalhadores da Rádio Renascença, se tal fosse tecnicamente possível, a desmontagem do transmissor da Buraça e sua instalação dentro da Setenave.

Deste modo, a classe operária demonstra claramente que está disposta aos sacrifícios que forem necessários para defender as suas conquistas, avançando sempre, na construção do Socialismo.

TRABALHADORES UNIDOS VENCERÃO

Trabalhadores Unidos Vencerão é a necessidade sentida pelas comissões de trabalhadores de se coordenarem e unificarem, face à actual fase ofensiva da luta da classe operária e dos trabalhadores, para a construção de um poder novo: o poder operário, vanguarda do poder popular.

Trabalhadores Unidos Vencerão é um movimento que pretende contribuir para a unificação em bases sólidas das comissões de trabalhadores, para já, de toda a cintura industrial de Lisboa.

O movimento nasce aquando da manifestação de 18 de Setembro, convocada por cerca de 150 CTs da região industrial

da «Grande Lisboa» no final da qual foi lido um manifesto que logo se mostrava não estar à altura, atendendo à gravidade da situação política, de dar respostas firmes e concretas à burguesia e ao seu Governo. É face a essa necessidade que um grupo de trabalhadores de várias CTs (24) meteram mãos à obra e elaboraram o manifesto «TUV» agora apresentado já aprovado no passado sábado pela CT da Manuel Lopes Henriques e em plenário na Dodge Corticeira.

As CTs não devem actuar como até aqui de forma desgarrada. Para isso é necessário que elas se reúnam em torno

das questões que se põem neste momento à classe operária e ao povo trabalhador. Estas questões decisivas têm que ser enquadradas num programa de luta. É isso que os TUV fazem, com a apresentação da sua proposta de acção e organização para as CTs da cintura de Lisboa.

Esse programa de luta será fundamental para que as CTs se unam e coordenem de uma forma organizada.

Portanto, TUV não é um órgão paralelo aos embriões de coordenação das CTs nem pretende ser «o verdadeiro secretariado» que ainda não se formou; é sim um movimento que nasce no seio desses órgãos embrionários no sentido do seu efectivo desenvolvimento. É um movimento sensível aos problemas que neste momento se põem à classe operária e seus aliados, que quer avançar com o processo até à vitória final, até que os trabalhadores assumam o poder, pois é esta a questão que se põe neste momento aos trabalhadores: tomada do poder.

Várias iniciativas já se fizeram no sentido de coordenar as CTs a nível de Lisboa.

Essas iniciativas, e assim o consideram os TUV, têm seguido um processo sempre incorrecto. São exemplos:

A criação de um secretariado, agora nacional, saído de um «Congresso» na Covilhã convocado por um inicial secretariado Provisório «Intercomissões» de Lisboa, que partiu de um número muito restrito de comissões e em nada representa os trabalhadores;

Uma segunda tentativa vem de encontro de certa forma à necessidade que se põe à classe operária de avançar. É uma iniciativa que se reveste de características mais específicas.

Entretanto uma iniciativa que teve um começo incorrecto já que apareceu também um secretariado provisório sem se saber como, e do qual a maioria dos trabalhadores da cintura de Lisboa não teve conhecimento.

Esse secretariado, em vez de desenvolver um processo de divulgação e agitação acerca da im-

portância que tem para as CTs actuar de uma forma organizada em torno de um programa de luta que corresponda às aspirações dos trabalhadores, tem realizado plênários de zona em que se tem retraído em fazer avançar um projecto que possibilite a adesão e participação massiva dos trabalhadores.

Prova-o o plenário que pretende realizar no próximo dia 8 de Novembro a nível da «Grande Lisboa/Setúbal» de onde sairiam as grandes linhas mestras de actuação para as CTs e de um secretariado que as representasse, sem que os trabalhadores tenham sequer participado na discussão e elaboração dessas linhas.

Isto é, depois de ter entravado o processo de realização de vários plênários de zona, está disposto a não realizar mais nenhum até à efectivação do plenário acima referido. Este secretariado surgiria de relâmpago nesse plenário sem o suporte de intercomissões de zona, o que o tornaria imediatamente um órgão de cúpula «controlador» porque afastado das lu-

tas das massas trabalhadoras e dos seus órgãos de vanguarda — as CTs e as intercomissões de zona.

Os TUV por seu lado, e neste contexto, apresentam um manifesto que querem que seja discutido pelos trabalhadores e por eles assumido na prática.

Para isso «TRABALHADORES UNIDOS VENCERÃO», neste espaço de tempo, vão desenvolver uma campanha de dinamização por várias zonas de Lisboa, realizar sessões de esclarecimento e dinamizar este processo em todas as fábricas e empresas para que os trabalhadores tenham conhecimento desta iniciativa que é mesmo necessário avançar.

É neste sentido que foi anunciado pelos TUV a incentivação de novos plênários de zona, contribuindo de forma decidida e por todos os meios ao seu alcance, para que nestes próximos 15 dias as massas trabalhadoras assumam de facto um programa de acção e de luta que responda efectivamente à actual situação, tal como foi caracterizada.

CINTIDEAL

As operárias da Cintideal dizem não à exploração; dizem não às «espertezas» da social-democracia; retêm o patrão sueco para que não fuja e levarão a sua luta até ao fim, não permitindo que o imperialismo e a social-democracia negocie as suas vidas.



OS FACTOS

A CINTIDEAL é uma empresa de capital sueco. Pertence a um Trust multinacional, a AB, EISER, do qual 50 por cento do capital é pertença do Estado Sueco.

Criada no nosso país em 1964, a CINTIDEAL agrega quase 200 trabalhadores cuja produção (confeccção de roupas interiores femininos) se destina à exportação.

É da Suécia que vem o grosso das matérias primas, é para a Suécia que vão os produtos acabados.

Até 25 de Abril tudo eram maravilhas, do ponto de vista do empresário, quanto aos negócios da CINTIDEAL.

Recentemente a admi-

nistração sueca assina um documento em que se diz estar a empresa vendida pela quantia de 1 coroa sueca (à volta de 6 escudos) ao gerente português da mesma. Simultaneamente o pretenso novo patrão do CINTIDEAL passa uma letra de dívida para com a AB, EISER de 4 300 000\$00. Compromete-se além disso o pretenso novo proprietário a vender à AB, EISER o produto do trabalho operário da Cintideal na quantidade de 80 por cento da sua totalidade até ao fim de 1975 e de 50 por cento após essa data. Os 4300 contos seriam assim amortizados.

A mais se obrigava ainda a CINTIDEAL, para

com a agora pretensamente ex-proprietária AB EISER: toda a matéria-prima a ser como outrora adquirida mesmo que se viessem a encontrar novos mercados em melhores condições.

A REALIDADE

A Suécia, exemplo de social-democracia tantas vezes empregue para ilustrar as vantagens desse sistema de exploração, é o que é: um país capitalista onde o princípio de lucro máximo se mantém.

A social-democracia que governa o «paraíso» sueco é irmã de luta dos alemães de Brandt, dos racistas israelitas de Golda Meir e dos «so-

cialistas» em liberdade de Mário Soares.

Membros da organização comum, a que chamam de Internacional Socialista, eles projectam e planeiam a actuação conjunta que o seus idênticos objectivos justificam.

Pois, no Hotel RITZ, onde a Comissão de trabalhadores da CINTIDEAL e dirigente do sindicato dos T. L. V. do sul se reuniram com o administrador sueco, tentando explicar-lhe que era ilegal, face às leis portuguesas, a transacção feita naqueles moldes (por uma coroa sueca), assim como todas as outras obrigações assinadas pelo novo pretenso proprietário, ele não teve

«papas na língua»:

«... se as leis portuguesas não provem isso, se as leis portuguesas não aceitam isso, fazem-no as leis suecas e nós faremos com que as leis portuguesas se modifiquem!...»

A evidente conivência entre o Governo português e a social-democracia Europeia, entre os «socialistas» portugueses e o capitalismo internacional não deixam dúvida a ninguém. Todas as medidas repressivas que o VI Governo Provisório tem tentado tomar, o ataque frontal ao desenvolvimento dos órgãos de poder popular pelo poder burguês, fazem parte de uma acção con-

junta que já não ilude ninguém

Os trabalhadores da CINTIDEAL no Hotel RITZ, após a descarada afirmação do capitalista sueco, resolveram que, de conversa já bastava. O Patrão ficaria ali, retido no Hotel, onde decorriam as negociações, até o assunto ser resolvido. E ficou!

O processo de luta desenvolve-se. O «Poder Popular» seguiu-la-á, apoiando esta luta de operários contra a exploração capitalista, o imperialismo e as golpadas da social-democracia.

Os operários da CINTIDEAL não consentirão o desemprego!

A LUTA CONTINUA!

TUV — TRABALHADORES UNIDOS VENCERÃO



«Este manifesto é um manifesto de luta, de luta aberta contra a burguesia, e não um manifesto de conciliação, não um manifesto recuado do ponto de vista de tentar recuperar alguns ditos oficiais progressistas para o Conselho da Revolução, nem tão pouco para tentar escorregar do Governo direitista o P.P.D. NÃO! Este manifesto tem objectivos de luta muito precisos: imprimir à luta nas fábricas a sua ligação com a luta dos campos, com a luta dos trabalhadores fardados ao serviço de um exército que é ainda burguês, que não é ainda um Exército Popular Revolucionário.

Nós dizemos que a luta é de morte! Porque entendemos que a luta pelo socialismo é uma luta violenta, em que os trabalhadores têm que assumir a sua posição de explorados que são e de produtores de toda a riqueza, e retirar das mãos dos capitalistas opressores o seu poder e instaurar o nosso: o poder da classe operária, o poder dos camponeses, o poder de todos os trabalhadores, daqueles que são explorados e oprimidos.

Este manifesto não vai ser nem é sequer uma imposição a todas as CTs. É uma contribuição, isso sim, de clarificação da situação política que vivemos, e uma contribuição para a coordenação das CTs de forma a uni-las, acima de tudo, de um programa de luta ofensiva cujo objectivo é lutar contra a exploração capitalista e pela Revolução Socialista».

dum camarada da Manuel Lopes Henriques na conferência de imprensa dos TUV

PROGRAMA DE LUTA

1 Nas empresas, nas fábricas; impor o controlo operário

A sabotagem à produção e a provocação da crise económica é uma das armas fundamentais dos capitalistas para desencorajar as massas trabalhadoras. Face a ela há que mostrar que é impossível responder à crise mantendo os capitalistas nos postos de comando das empresas e fábricas, por isso há que reforçar o controlo operário sobre a produção. Só assim se poderá transformar uma economia que tem por objectivo o lucro de uns tantos, por uma economia que sirva a maioria, o povo trabalhador.

Para isso avançamos um programa de objectivos de luta imediatos e um programa de reforço do controlo operário.

a) PROGRAMA DE OBJECTIVOS DE LUTA IMEDIATOS

Lutemos desde já:

— **contra as desigualdades e privilégios:** pela redução dos leques salariais, pelo fim dos privilégios de algumas camadas no que respeita a melhores condições de trabalho, melhor comida, melhor horário, etc.

— **por melhores condições de trabalho:** luta contra os ritmos e cargas de trabalho e por melhorias de refeitórios, creches, etc.

— **contra o desemprego:** apesar de este problema só poder ser resolvido pela reconversão total de certos ramos da economia em crise, há que lutar desde já pela sua resolução, quer lutando contra horas extras e dinárias quer forçando a abertura de novos postos de trabalho, quer exigindo a ocupação das vagas, quer reforçando a organização dos desempregados e ligando-a às comissões de trabalhadores.

— **por um horário de tra-**

balho justo e que impeça a sobreexploração a que alguns sectores ainda estão sujeitos.

b) PROGRAMA DE REFORÇO DO CONTROLO OPERÁRIO

Se o controlo operário já foi amplamente experimentado em numerosas fábricas e empresas, há que dizer que é preciso reforçá-lo, bem como dizer que a prática tem demonstrado que só as comissões de trabalhadores serão capazes de o fazer de uma forma eficiente.

Para impor o controlo operário temos de lutar:

— contra os métodos repressivos e pelo avanço impiedoso dos saneamentos.

— pelo controlo total da actividade da empresa desde as formas de financiamento, o que passa pelo controlo da banca, até ao controlo da venda

de matérias-primas, dos processos de fabricação, dos processos e preços de venda, dos lucros e dos investimentos.

— pelo controlo da organização do trabalho como: admissões, promoções, etc.

— para que este controlo operário ainda seja mais eficaz nas empresas nacionalizadas, não permitindo que se encontrem à frente delas técnicos nomeados pelo Estado que não tenham confiança dos trabalhadores.

— por uma maior coordenação entre as comissões de trabalhadores de empresas do mesmo ramo, ou de comissões de trabalhadores de empresas cujas produções dependam umas das outras (ex. cimentos, construção civil) para que o controlo operário possa ser feito de uma forma mais eficaz.

3 Fazer das comissões de trabalhadores uma poderosa arma para a consciência revolucionária das massas



As comissões de trabalhadores têm que servir a causa da unidade dos trabalhadores:

— contra o isolamento das lutas, por uma ampla informação e solidariedade em relação a todas as movimentações populares.

— pela realização de amplas discussões acerca das questões fundamentais tanto da empresa como de questões mais gerais.

— pela intensificação da frente cultural facilitando e promovendo o aparecimento e desenvolvimento de cultura popular ligada sempre aos problemas do povo trabalhador.

— pela abertura dos meios de informação: jornais, rádio e televisão, às lutas dos trabalhadores e do seu controlo pelos órgãos de poder popular.

4 Ligar as lutas nas fábricas e empresas às aspirações de todo o povo trabalhador, e aos soldados e marinheiros!

A exploração não acaba à porta da fábrica:

Nós trabalhadores temos também que lutar não só nos locais de trabalho, mas também enquanto moradores e consumidores. Assim a luta nos locais de trabalho, a acção das comissões de trabalhadores não pode perder de vista as exigências e objectivos imediatos dos trabalhadores nos seguintes campos de luta:

— **Habituação:** lutando pela melhoria de condições de habitação e contra a existência de bairros de lata e bairros degradados.

Esta luta liga-se directamente à reconversão da construção civil passando a construir casas para aqueles que mais precisam.

Há que exigir a expropriação imediata de vivendas e apartamentos de luxo, lutando desde já

pela sua ocupação organizada bem como das casas desocupadas.

— **Transportes:** lutando pela melhoria dos transportes colectivos, não permitindo mais as ostentações dos carros de luxo por parte dos exploradores.

Impõe-se neste campo uma rápida reconversão da indústria automóvel para poder responder a estes objectivos.

— **Preços:** Se bem que a carestia da vida tenha que ser combatida fundamentalmente nos locais de trabalho pela reivindicação salarial e pelo controlo dos lucros, há que manter desde já uma vigilância popular sobre os preços e açambarcamentos e lutar contra os intermediários especuladores exigindo a imediata nacionalização do comércio de produtos essenciais.

— **Assalariados rurais e camponeses pobres** — é fundamental defender as justas aspirações das massas populares nos campos: avançada Reforma Agrária como expropriação total dos latifundiários, controlo da produção e distribuição dos produtos, fim dos intermediários parasitas, nacionalização do comércio, melhoria das

condições para as cooperativas de assalariados e para os pequenos proprietários; facilidade de crédito, garantia de compra dos produtos e fixação de preços justos, melhoria das condições de vida e trabalho, etc.

A necessidade de unir o conjunto de explorados e oprimidos leva à necessidade de nós, trabalhadores das empresas e fábricas, tomarmos como nossos os objectivos de luta de todos os explorados e oprimidos. Em relação aos modos concretos de cooperação terá que se apontar principalmente: acção das Comissões de Trabalhadores dos bancos na facilidade de créditos; acção das Comissões das indústrias adubeiras e de alfaias, facilitando a venda desses produtos.

Assim no que diz respeito aos:

a) **Assalariados rurais e camponeses pobres**

— é fundamental defender as justas aspirações das massas populares nos campos: avançada Reforma Agrária como expropriação total dos latifundiários, controlo da produção e distribuição dos produtos, fim dos intermediários parasitas, nacionalização do comércio, melhoria das

condições para as cooperativas de assalariados e para os pequenos proprietários; facilidade de crédito, garantia de compra dos produtos e fixação de preços justos, melhoria das condições de vida e trabalho, etc.

Em relação aos modos concretos de cooperação terá que se apontar principalmente: acção das Comissões de Trabalhadores dos bancos na facilidade de créditos; acção das Comissões das indústrias adubeiras e de alfaias, facilitando a venda desses produtos.

4. **No que diz respeito aos soldados e marinheiros:**

Lutar pela defesa das justas aspirações destes trabalhadores fardados ou seja: aumento do pré, transportes grátis, luta contra o R. D. M. fascista e pela democratização dentro dos quartéis.

5 Reforçar o Poder Popular, derrotar a social-democracia e o fascismo

As aspirações de cada um destes sectores devem-se unir num único programa político, que seja capaz de as transformar em realidade.

— **Á ofensiva burguesa é necessário responder com uma poderosa ofensiva popular.**

— pelo reforço e incremento das Assembleias Populares locais que são desde já órgãos do novo poder do futuro Estado dos trabalhadores. Passa igualmente pelo reforço do papel das comissões de trabalhadores nestas assembleias.

— pelo avanço das nacionalizações e da Reforma Agrária, para abranger ramos essenciais que ainda estão de fora.

— pela luta contra a pro-

fissionalização do exército, o que a médio prazo o iria transformar num exército à disposição dos capitalistas para reprimir os trabalhadores.

Neste aspecto há que lutar desde já contra a criação de corpos especiais de repressão como a AMI e contra a tentativa de dissolver as unidades progressistas.

— pela luta pela independência nacional combatendo desde já as intenções expressas no programa do VI Governo, por um reforço da independência em relação à social-democracia europeia: EFTA, Mercado Comum.

Lutar também contra a submissão a qualquer bloco militar.

— pela luta contra o VI Governo, pela formação de um Governo revolucionário, que seja capaz de combater com firmeza os capitalistas e que seja capaz de exprimir o poder revolucionário do povo.

— **ASSENTAR AS COMISSÕES DE TRABALHADORES EM BASES SÓLIDAS.**

As Comissões de Trabalhadores para poderem cumprir a função atrás referida e tendo que estar dependentes somente das assembleias democráticas dos trabalhadores e não de regras feitas nas suas costas deverão contudo obedecer a princípios gerais tais como:

— Devem funcionar democraticamente

— Devem ser constituídas maioritariamente por operários da produção

— Devem articular a sua acção com a organização sindical,

— Devem ainda reforçar a coordenação entre si quer no nível do ramo de produção quer ao nível regional e nacional.

— **AVANÇAR COM AS INTERCOMISSÕES DE ZONA**

Esta coordenação entre as Comissões de Trabalhadores tem que assentar numa forte organização que funcione permanentemente. Assim há que assentar este trabalho na criação de Coordenadoras Intercomissões de Trabalhadores em cada zona onde tal se justifique.

2 Nas fábricas, nos bairros, nos quartéis dar ao Poder Popular força militar para poder vencer!

A luta pelo socialismo, não o podemos esquecer, é uma luta violenta, porque o inimigo não perde de bom grado os seus privilégios e dispõe de aliados internos e externos poderosos.

Assim é fundamental que os trabalhadores, para além de capacidade política e organizativa, tenham capacidade militar para poderem vencer a reacção capitalista.

Mas para que as armas estejam do lado do Povo não basta estabelecer uma ligação correcta entre os trabalhadores e soldados seus irmãos de

classe e trazer para esta aliança de classe os sargentos e oficiais progressistas e revolucionários: tem que se preparar desde já pelo armamento directo dos trabalhadores. No que diz respeito ao armamento directo dos trabalhadores, há que dizer que sendo ele fundamental neste período, deve estar sempre debaixo da alçada das comissões de trabalhadores e não de órgãos especiais paralelos que não estejam submetidos às comissões de trabalhadores. Isto é, o aspecto militar deve estar sempre subordinado aos objectivos políticos.



AVÕES — o povo é quem mais ordena

(Lamego)

COMUNICADO DO NÚCLEO DO MES DE LAMEGO

O núcleo do M.E.S. de Lamego tomando conhecimento da manifestação convocada autonomamente pelo povo de Avões, considera:

A MANIFESTAÇÃO é uma jornada de luta contra os entraves que a Câmara tem imposto à luta do Povo pela melhoria das suas condições de vida, atrasando assim o avanço do Poder Popular. É uma jornada de luta pelo avanço de novas conquistas, a melhor maneira de defender as já alcançadas pelos trabalhadores nas suas lutas. A burguesia investe contra essas conquistas e pretende destruí-las, numa tentativa desesperada de através de um VI GOVERNO ao seu serviço, recuperar aquilo que foi obrigada a ceder aos trabalhadores no campo de luta de massas.

O M.E.S. apoia como sempre apoiará qualquer manifestação Unitária e Popular sempre que, sendo como esta, ela seja uma jornada de luta contra o capital que nos explora e oprime, pelo avanço do Poder Popular. A luta é de morte contra o capital.

Assim o núcleo do M.E.S. de Lamego convida todos os seus militantes e todos os revolucionários em geral a integrarem-se nesta manifestação e a fazerem dela uma grandiosa jornada da afirmação da força revolucionária dos explorados na sua caminhada para o Poder Popular.

CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA O POVO DE AVÕES VENCERÁ!

AVANÇAR, AVANÇAR PODER POPULAR! NAS FÁBRICAS NOS CAMPOS, NOS QUARTEIS OS TRABALHADORES VENCERÃO!

Do núcleo do Movimento de Esquerda Socialista de Lamego



Avões é uma das freguesias do Concelho de Lamego, Distrito de Viseu. Está dividido em duas aldeias: Avões de lá e Avões de cá. Tem cerca de 600 habitantes vivendo quase todas as famílias do trabalho da terra. Dista alguns km da cidade, tem muitas carências: faltas de águas e luz, maus caminhos, etc. A escola primária tem 12 carteiras para 30 alunos.

Há alguns meses que o povo de Avões se vem mobilizando para a resolução dos problemas mais urgentes da sua terra. É um povo coeso, unido e determinado a lutar pelas mais profundas aspirações. Nas eleições votou em massa no P. P. D. e P. S. mas hoje sente-se traído. O Presidente da Câmara é P. S. Após infrutíferos contactos tidos durante meses

com a Câmara e com o comando do quartel decidiram em plenário de toda a freguesia, realizado no passado domingo 12 de Outubro, fazer uma manifestação para exigir à câmara um 'projecto de obras

Tal manifestação veio a realizar-se na passada 5.ª feira, dia 16 de Outubro, tendo reunido uma centena de trabalhadores, e se mais não vieram foi porque os outros tiveram que ficar na terra, na vindima.

Primeiro por intermédio de uma comissão e depois todos entraram na câmara tendo sido recebidos por um tal capitão Lino, proprietário da região e oficial reaccionário do quartel. Este sr. capitão, que se quer fazer passar por defensor dos trabalhadores (tal como os partidos que serve P. S. e P. P.

D.) procurou atacar o povo de Avões com grandes demagogias, no bom estilo de oficial reaccionário, entre as quais, acusando a manifestação de ser manobra pelo M E S. Os trabalhadores souberam responder-lhe demonstrando-lhe o carácter unitário da sua luta e o facto da decisão da manifestação ter sido tomada em plenário de toda a freguesia. O povo da Freguesia de Sande Conhece bem este capitão Lino, fiel servidor dos proprietários da região, foi necessário, após longa discussão, lembrar ao senhor capitão que o povo de Avões estava disposto a ocupar a estrada que leva a burguesia da região aos motéis e a seguir a própria Câmara. Parante tal determinação dos trabalhadores o sr. capitão cedeu, começan-

do as obras hoje 4.ª feira.

Em breve e em plenário o povo de Avões elegerá a sua comissão de moradores

A luta do povo de Avões é bem uma prova do que o poder popular é uma força de norte a sul do País.

Que os políticos burgueses se convençam de que o poder popular é já uma forte realidade com que terão de contar e por muito que venham dizer à T. V. que só existe em Lisboa, estão bem enganados. O exemplo de Avões numa zona em que os caciques da reacção dominam, é digno de ser conhecido pelos trabalhadores de todo o País

Contra aa exploração capitalista o povo de Avões vencerá!

Nas fábricas, nos campos e nos quartéis os trabalhadores vencerão!

ARRAIOLOS a cooperativa em luta

Quando, em 1971, o patronato tentou despedimentos em massa nas fábricas de tapetes de Arraiolos e lançou mão de todo o tipo de manobras, de interesse económico e implicando a miséria dos trabalhadores; quando o patronato, ameaçado por reivindicações, optou pela divisão dos trabalhadores (fechando-lhes as fábricas e mandando-os trabalhar para casa como «prémio de consolação») já então os trabalhadores souberam organizar-se e obrigar os patrões a pagar as suas próprias medidas repressivas. E quando, em 1972, o patronato despediu definitivamente centenas de trabalhadores, julgando assim pôr termo à questão, eles souberam criar novas formas de luta, souberam mantê-la acesa. Da espontaneidade e espírito de combate forjados anteriormente, os trabalhadores passaram à luta organizada; dessa unidade criada (para espanto dos patrões) nasceria a Cooperativa Tapetes de Arraiolos.

Poder-se-ia pensar que desde então tivessem acabado os conflitos de trabalho para a Cooperativa e que o Governo sustentasse com a sua ajuda as vitórias dos trabalhadores. Mas a verdade é outra! Se em 1975 uma ou duas entidades oficiais mais progressistas consentiram em materializar a perseverança dos trabalhadores da cooperativa num vantajoso contrato com o Governo (exportação); se a luta continua arrancou dos

vários governos garantias económicas necessárias, se tudo isto foi alcançado e reconhecido anteriormente, o VI Governo tomou para si a reaccionária tarefa de pôr tudo em causa novamente.

APELO

Camaradas:

Nós, revolucionários, não permitiremos que um grupo de trabalhadores, suportando e lutando durante anos contra o roubo que é o trabalho assalariado no regime capitalista, venha a sofrer em rude golpe por causa de um simples roubo, seja este de ladroagem ou de provocação.

Os trabalhadores da Cooperativa de Tapetes de Arraiolos apelam para que os ajudemos a suprir rapidamente o roubo de 30 contos de que foram vítimas. O endereço é: «Cooperativa de Tapetes de Arraiolos, em Arraiolos»; durante a corrente e próxima semana poder-se-á contactar directamente com eles no Palácio Foz, em Lisboa, onde mantém a exposição.

Assim, inúmeras dificuldades têm sido levantadas às garantias e contratos efectuados; o VI Governo, verificando que os trabalhadores não desarmam, tentou algumas manobras de diversão, permitiu a realização duma exposição no Palácio Foz, em Lisboa, manobrando nos bastido-

res para que esta ajuda utópica não passasse disso mesmo — mas enganou-se! Não é ao fim de mais de quatro anos de luta que os trabalhadores se deixam enganar com tais «tapetes de rosas».

Chegados a este ponto, o sr. Magalhães Mota vê-se obrigado a recorrer a outros processos (mais directos), recusa as encomendas já feitas, diz que «não é oportuno» (quando o contrato para o estrangeiro já estava decidido). Então, sr. ministro, isto é que é a ordem apreçada? E onde encontrar essa famosa confiança tão falada pelo sr. Pinheiro de Azevedo?

Mas sucede que as atribuições da cooperativa não ficam por aqui: nesta terça-feira, dia 21, a exposição com o produto dos trabalhadores da C. T. A. vê-se cumalada com um assalto em que foi roubada em pleno dia uma pasta contendo trinta contos, recibos e papelada vária.

Mas então, convenhamos: que coincidência, que golpe tão oportuno! Que bom teria sido, sr. ministro, se nessa pasta estivessem outros contratos do Ministério, se assim ficasse «arrumada» a Cooperativa. Mas sucede porém que os trabalhadores se souberam precaver; sucede que, se o sr. ministro não quiser receber e aceder aos poucos representantes enviados pela Cooperativa, é evidente que então virão os outros duzentos falar consigo! E se tanto não bastar, terá que contar com milhares e milhares de trabalhadores e revolucionários que virão fazer frente ao Governo reaccionário e justiça a um grupo de explorados e oprimidos que já por de mais amargaram a opressão capitalista.

As operárias da Cooperativa de Arraiolos vencerão!

ESTREMOZ — luta nas pedreiras

Conforme tínhamos anunciado no número anterior, incluímos agora uma entrevista com trabalhadores da Marmoz, realizada nas pedreiras. **Dois factores tornam a divulgação desta luta importante:**

— em 1.º lugar, porque os trabalhadores, sendo de um sector tradicionalmente pouco politizado, deram provas de uma boa capacidade de luta e de discussão e organização colectivas.

— em 2.º lugar, porque põe a nu a irrationalidade da sociedade capitalista — enquanto em milhares de locais deste país há quem não tenha uma habitação em condições para viver, em Estremoz, os operários que extraem o mármore (essencial para a construção de casas), não recebem há meses os ordenados porque (entre outras razões) não têm onde colocar a pedra...

ram — pôr o patrão na rua!

Formou-se então uma Comissão de Gestão com 5 operários e trabalhadores do escritório e «começámos a controlar tudo e a fazer os pagamentos que podíamos...»

Logo nesse dia, o José Brito, julgando ainda ter o poder todo, afirmou «só pela força é que saio», continuando a ir aos escritórios nos dias seguintes. Os operários é que, muito justamente, não gostaram da ideia de continuar a ver por lá aquele explorador, e na passada 5.ª feira, em plenário, decidiram impedir definitivamente a presença do patrão, entregando a gestão da Marmoz a um elemento militar até à intervenção estatal.

2 «DAR FAVORES PARA TAPAR A BOCA»

A Marmoz era inicialmente uma empresa com

vários sócios até que o José Brito, a pouco e pouco, foi comprando as outras quotas até que ficou sozinho. Foi o 1.º a introduzir novos modelos de exploração capitalista nas pedreiras — maquinarias, e vivia desafogado, com a venda para o estrangeiro e os empréstimos que conseguia nos «seus amigos» dos bancos.

Tinha uma relação com os operários do tipo de «dar favores para tapar a boca»

Mantinha-os com salários e condições de trabalho miseráveis através de inúmeros pequenos favores — «emprestava às vezes o carro e dinheiro para a malta ficar em dívida e depois não poder responder».

Agora, «à espera que isto mude», já consta que o José Brito meteu em tribunal... todos os operários, «pela simples

razão de que tivemos coragem de o sanear».

3 «TRABALHAR AQUI É O MESMO QUE TRABALHAR NUM CIRCO, NUM TRAPÉZIO!»

Foi só quando tomaram conta da empresa, que os operários se aperceberam que também o seguro já não era pago há vários meses, e que, portanto, tinham estado a trabalhar todos aqueles dias, no meio de toda aquela insegurança, sem qualquer hipótese de indemnização, em caso de acidente.

É que «trabalhar aqui é o mesmo que trabalhar num circo, num trapézio!»

«As 3.ª, 4.ª e 5.ª entramos às 8 h. e às 2.ªS às 9 h., e um dia a pedra desabou numa segunda-feira às 8 e tal... se lá estivessemos tínhamos morrido todos...»

«E tudo isto se passa sob um calor inten o nos

meses quentes ou debaixo de chuva no Inverno, sem uma casa sequer para se comer...»

4 «O CONTROLO NUNCA SE VAI PERDER»

Agora que o patrão foi saneado, esta situação tem de melhorar. Apesar da única saída ser a intervenção estatal, o «nosso controlo nunca se vai perder».

As dificuldades parecem, no entanto, manter-se.

Quer o VI Governo, quer o I.A.P.M.E. (que «entrou com 2250 contos quando cá estava o José Brito...») não deram ainda nenhuma solução visível...

De qualquer forma, qualquer que venha a ser a saída desta luta, os operários muito aprenderam com ela e, para já, uma coisa é certa — o patrão não voltará!, a não ser como empregado...



1 «O PATRÃO ESTAVA SEMPRE COM PROMESSAS, ATÉ QUE ACABAMOS POR PERDER A PACIÊNCIA!»

Assim foi! Tudo se agudizou por voltas de Março. A partir daí, ordenados, retroactivos e subsídios de férias, deixaram de ser pagos.

«Na altura não existia nenhuma Comissão de Trabalhadores e a malta mantinha-se um bocado amorfa».

Foi então que se co-

meçaram a discutir colectivamente as coisas em Plenários, e se formou uma Comissão de Trabalhadores com um operário por cada pedreira. Os pagamentos nessa altura já iam com vários meses de atraso e «o patrão sempre com promessas, sempre com promessas, até que perdemos a paciência!» No plenário de 14 de Agosto foram todos ao quartel e, correctamente, decidi-



FAMEL não à conciliação



O patronato reaccionário e seus lacaios continua a dividir para reinar.

Vejamos mais um exemplo de como isto se continua a verificar:

Na FAMEL, em Mourisca do Vouga, Águeda, aquando da greve dos metalúrgicos marcada para as 10 horas do dia 24 de Setembro, logo pela manhã os 400 operários daquela unidade fabril através de votação secreta, decidiram aderir por maioria à greve. Aconteceu no entanto que o sócio-gerente daquela firma, Augusto Valente de Almeida, juntamente com alguns dos seus lacaios, entre os quais um encarregado, ex-delegado sindical, a maior parte pessoas ligadas ao CDS, conseguiu levar parte dos trabalhadores a desrespeitarem a votação e não entrarem na greve, alegando aquele patrão que as abstenções deveriam contar para aqueles que tinham votado contra a greve. Isto era o que faziam Salazar e Caetano nas «eleições» do seu tempo!

Houve porém uma secção — a da soldadura — cujos trabalhadores não foram na

jogada do sr. Valente de Almeida e seus lacaios e chamando à razão muitos dos seus camaradas, cumpriram integralmente o tempo da greve, conseguindo assim mais uma vez derrotar o patronato explorador.

Isto vem provar que não pode haver atitudes conciliatórias com aqueles que sempre viveram e querem continuar a viver à custa da exploração dos trabalhadores. E a classe operária, neste caso através de alguns dos seus revolucionários de vanguarda, soube responder à violência reaccionária com a violência revolucionária; e exigirá que as forças de democracia proletária se unam em amplos movimentos de massas, através das comissões de trabalhadores, comissões de moradores, etc., em ordem a tomar o poder, destruir o aparelho de Estado burguês e fazer a Revolução Socialista, que há-de levar os trabalhadores a serem mandantes e não mandados.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
VIVAM OS REVOLUCIONÁRIOS!
VIVA O PODER POPULAR!

manifestação em VIANA DO CASTELO

No passado dia 13 realizou-se em Viana do Castelo uma importante manifestação da Frente de Unidade Revolucionária F.U.R., a qual teve o apoio da organização Soldados Unidos Vencerão S.U.V. Apesar da chuva torrencial que se fez sentir, várias centenas de trabalhadores e de moradores responderam ao apelo, transformando esta manifestação numa importante jornada de apoio ao poder popular. Poder popular este, que se desenvolve agora por todo o concelho de Viana com grande apoio e participação de trabalhadores e moradores. A manifestação percorreu os bairros pobres da cidade os quais pela 1.ª vez viram os seus irmãos de classe gritando palavras de ordem que também são as suas. Sendo uma zona tradicionalmente dominada pelas forças de direita esta manifestação teve, assim, um redobrado significado.

Ao mesmo tempo desenrolava-se uma manifestação do P.P.D., de apoio ao moribundo VI Governo Provisório e Pires Veloso, a qual não contou com muita mais gente do que a da F.U.R. Sá Carneiro, o chefe neo-fascista do P.P.D., estava presente, escondido num dos hotéis da cidade, mas perante tão fraca assistência à sua manifestação e tão forte chuvada, preferiu não aparecer.



Transcrevemos parte do comunicado do nosso núcleo de Viana, de apoio a esta manifestação:

«O avanço das forças políticas de direita com a social-democracia à cabeça tem neste momento como objectivos principais:

A destruição de todas as formas de poder popular; veja-se o programa do VI Governo, em que não refere o «Documento-Guia da Aliança Povo-M.F.A.».

A instauração de um poder político que imponha a «disciplina» e a «ordem» (do capital), as quais o VI Governo tem tentado (sem êxito) instaurar.

A profissionalização das Forças Armadas permitindo à burguesia ter uma força de choque contra os trabalhadores.

Por isso o MES aponta como objectivos imediatos do movimento operário:

- O fortalecimento do poder popular.
- O fortalecimento da luta reivindicativa

A oposição frontal ao VI Governo
A oposição frontal à profissionalização das F.A. e a todas as manobras de direita no seu seio.

A esta ofensiva de direita há que reforçar, armar o poder popular. Neste sentido o MES apoia e convoca todos os seus simpatizantes, aderentes e militantes para a manifestação de apoio ao poder popular que se realiza 2.ª-feira pelas 18 e 30

Todos à Praça da República.

«Soldados sempre, sempre ao lado do povo

Avançar, armar o poder popular
Reaccionários fora dos quartéis, já
Morte ao E.L.P. e a quem o apoiar
Trabalhadores, soldados, moradores, assembleias populares

Operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos

Contra o fascismo, contra o capital, ofensiva popular

Abaixo a social-democracia
VI Governo não, poder popular sim

O C.I.C.A.P. é do povo não é do Veloso
O ministro do Trabalho é o que é

A burguesia mente, mas o povo não consente

Contra o imperialismo, unidade revolucionária, independência nacional»

na Bélgica com o MIR

Em nome da Comissão Política Nacional do M.E.S., saúdo os camaradas aqui presentes.

A nossa presença neste meeting é uma presença internacionalista. O internacionalismo proletário não é uma simples afirmação moral de solidariedade de classe mas uma necessidade histórica da luta do proletariado até à sua completa emancipação.

Camaradas:
O M.E.S., organização comunista que luta em Portugal pela conquista do poder pelos trabalhadores, pela ditadura do proletariado, conduzindo a uma sociedade sem classes, saúda fraternalmente os camaradas do M. I. R. e, por seu intermédio, a classe operária e o povo trabalhador que luta no Chile contra o fascismo, o imperialismo e a burguesia chilena.

Saudamos também os camaradas da Junta de Coordenação Revolucionária que eruem belto os princípios do internacionalismo proletário na América Latina.

Saudamos ainda as organizações e os camaradas belgas aqui presen-

tes que pela participação neste meeting mostram o seu apoio e a sua solidariedade à resistência chilena.

A solidariedade mili-

Os trabalhadores portugueses saberão reforçar os órgãos de poder popular e, sob a direcção da classe operária, saberão desenvol-

vanguarda abrir as portas à conciliação de classe.

Camaradas:

É no entanto a organização dos soldados e marinheiros que não páre de crescer e que prepara a resposta cada vez mais forte a todas as tentativas reaccionárias que dá corpo à palavra de ordem: Portugal não será o Chile da Europa!

O soldados e marinheiros organizados unitária e autonomamente, prepararam assim as grandes jornadas de luta a vir, e respondem na prática à necessidade de arrancar à burguesia a direcção do aparelho militar.

Por todas estas razões, o povo português consciente do exemplo chileno grita por toda a parte, nos meetings na rua e nos quartéis:

Portugal não será o Chile da Europa!

Avançar armar poder popular!

Abajo la junta assessina!

Viva a resistência chilena!

Viva o internacionalismo proletário!



SOUTENONS LA RESISTANCE CHILLENNE
MEETING - Ve 17 OCT 75
20H - AUDITOIRE DE LAIS VIE
AVEC MANUEL CABESES
DONOSO do CC do MIR
et un représentant des travailleurs portugais / en presence de Camarades belgas

tante do nosso povo para com os povos em luta contra o imperialismo e o capitalismo, e neste momento particular para com a resistência chilena, exprime-se bem na palavra de ordem que é gritada actualmente por todo o país: Portugal não será o Chile da Europa!

Camaradas
Nós não seremos vítimas do capitalismo, do imperialismo e dos oficiais fascistas e reaccionários.

ver a sua organização autónoma e retirar ao reformismo a direcção do movimento de massas.

Um número crescente de trabalhadores portugueses compreendeu já claramente a natureza dos conciliadores, dos hesitantes e dos reformistas; numa altura em que os trabalhadores estavam na firme disposição de avançar, numa altura em que hesitar era trair, eles viram aqueles que se auto-proclamam como

TAP - apoio ao Renascimento

1 Considerando que as forças do capitalismo e da exploração, desde fascistas a sociais democratas e aqueles que lhe fazem o jogo, tentam desesperadamente liquidar o Poder Popular e as conquistas que as classes trabalhadoras já obtiveram.

2 Considerando que os trabalhadores da Rádio Renascença lutam pela defesa de uma emissora onde os explorados e oprimidos possam falar das suas lutas, divulgar as suas justas reivindicações e as sucessivas vitórias alcançadas.

3 Considerando que as forças reaccionárias e contra-revolucionárias, representadas no VI Governo, hão-de procurar através de todos os meios repressivos ao seu alcance devolver esta emissora ao Episcopado, tanto mais que a obediência às ordens dos seus patrões imperialistas e social-democratas, que querem o neocolonialismo para Angola, o exige cada vez com mais força.

Considerando que a luta dos trabalhadores da Rádio Renascença é afinal a luta de todos os explorados por uma informação revolucionária, a célula do M. E. S. da TAP dá todo o seu incondicional apoio à justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença, que se batem para que a voz dos explorados e oprimidos não seja abafada, e apela a todos os trabalhadores, para participarem em massa na manifestação de apoio à R. R. com concentração em Sete Rios, HOJE 21/10/75, às 19.30 horas.

Por uma Rádio ao serviço das massas exploradas e oprimidas

LUTAR, CRIAR, PODER POPULAR

A Célula do Movimento de Esquerda Socialista na TAP

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 1000 00 12 meses 2000 00
apoio 400 00
estrangeiro Europa 5000 00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____

ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____



Journal semanal - todas as 4.ª feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e impressão
Renascença - a Grafic - SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

ÉVORA FOI SUV

Hoje, em Portugal, não há um só soldado

revolucionário que não se sinta SUV.

SUV é essa força irresistível

que nos conduzirá à vitória

sobre os exploradores. É isso camaradas

que nós vamos mostrar a Évora,

lá onde reina o Pesarat.



Camaradas Soldados!

Depois da última grandiosa manifestação em Coimbra, nas barbas do reacçãoário Charais, haverá ainda quem possa duvidar da força dos SUV?

Hoje, em Portugal, não há um só soldado revolucionário que ache que também ele não é SUV! SUV é a força dos soldados dos graus mais baixos das Forças Armadas! SUV somos todos nós, trabalhadores fardados que entendemos estar na luta pelo Socialismo ao lado dos nossos irmãos trabalhadores nas fábricas, nos campos, nos bairros. SUV é essa a força irresistível que nos há-de conduzir a vitórias sobre os exploradores e opressores e que já os põe em pânico.

É isso, camaradas, que nós vamos mostrar a Évora, lá onde reina o Pesarat. A homens como este reacçãoário só podemos dar-lhe um destino: expulsá-lo quanto antes.

Vamos a Évora mostrar que estamos com os trabalhadores do campo, com a Reforma Agrária, na luta pelo Socialismo. Vamos a Évora mostrar ao Pesarat, que está feito com os latifundiários, que dentro em pouco, chegará a vez de ele ser corrido! Os nossos camaradas trabalhadores rurais vêm mostrar-nos que estão connosco.

O nosso encontro está marcado para as 19 horas de quarta-feira, dia 15.

Nem um só SUV deixará de ir a Évora! Portanto, camaradas, na quarta-feira, Évora é SUV!

SUV

(Soldados Unidos Vencerão).

Praça do Geraldo 20 000 a 30 000 trabalhadores rurais e operários industriais do distrito de Évora, 1500 a 2000 soldados e marinheiros, estavam presentes!

A capacidade de mobilização dos S. U. V. mais uma vez ficou comprovada. Praticamente todos os órgãos de poder popular (da cidade e do campo) aderiram à manifestação. Quase todas as unidades militares do Sul E. P. A./B. R. T./R. A. B. - Beja/E. P. A. M./Castelo Branco/R. I. - Elvas/C. I. C. A. - Elvas/R. C. - Estremoz/Base Aérea III - Beja/ e marinheiros não faltavam!

O movimento S. U. V. cresce como uma bola de neve! A quem duvidasse da expressão nacional dos S. U. V., aí estão a mostrar o contrário estas últimas manifestações de Coimbra e Évora. Mas não só! Todos os dias S. U. V.'s se formam ora em Beja ora em Aveiro, fazendo da palavra de ordem «O S.

U. V. venceu, o S. U. V. vencerá» uma realidade bem vivida.

quizar a total confiança, como mais nenhuma estrutura (apartidária ou

Depois da intervenção de elementos dos S. U. V. e de vários trabalhadores (metalúrgicos, Cuf...) a manifestação, ao som das palavras de ordem revolucionárias gritadas, passou junto ao R. I. - Évora (ex-R. A. L. 3) e ao destacamento do R. I. - Évora passando novamente à Praça do Geraldo e indo terminar junto ao Quartel General. Ai quando as massas populares e os soldados, começaram a gritar «Abaixo o Pesarat!» «Pesarat vai-te embora, já!», logo apareceu quem (os quadros das organizações reformistas), dizendo que estas palavras de ordem não tinham sido definidas, desmobilizou os trabalhadores presentes. Mas, com ou sem estas manobras, a grande manifestação dos S. U. V. em Évora não terminou, pois, sem que se aontassem a dedo os inimigos da Revolução, os inimigos do socialismo, como os Velosos, os Charais, os Pesarat!

quem perde o comboio... A POSIÇÃO DOS NRSM

Durante a manifestação foi distribuído um papel azul assinado pelos «N.S.R.M. - núcleos revolucionários de soldados e marinheiros. Onde se afirmava o facto de a apoiarem não significava que apoiassem os S. U. V. E explicavam (???)

«os S. U. V. não são soldados, são oficiais que querem os soldados atrelados às suas posições»; «os S. U. V. não são contra o M. F. A. burguês» já que definem um aproveitamento das A. D. U.'s e defendem o Poder Popular (Logo a aliança povo-M.F.A.). Enfim, segundo os C.R.S.M. «Os S. U. V. dão uma no cravo outra na ferradura». A terminar, tal era o medo que tinham que os confundissem, criticavam (a despropósito) o M. R. P. P.-R. P. A. C.

No fim da manifestação, quem passasse à Praça do Geraldo, era ver no chão, às centenas, bocadinhos do tal papel azul... Os N.R.S.M., cuja acção, que se saiba, nunca ultrapassou a produção de papéis como este, não tiveram propriamente uma grande audiência nos soldados e trabalhadores alentejanos.

Quem perde o comboio...

Mas talvez ainda mais importante do que isso é o facto dos S. U. V. terem conseguido con-

não) detém, das massas trabalhadoras, porque eles são, de facto, o povo fardado.



as C. Moradores e C. Trabalhadores

Decisões da Assembleia das Comissões de Moradores (Zona do Sargacinho, Caixa, S. Pedro, Bacelo, Pites, S. António, Noqueiras, Torralva, 25 de Abril, Faustino, S. José da Ponte, St. Antão, St. António, Torregela, Comenda, Canaviais, Cotovelos, St.ª Maria, Gancho, Frei-Aleixo, Corunheiras, Espada, S. Mamede, Câmara e da Azaruja) e das Comissões de Trabalhadores (Siemens, Somete, CAPLE, Prê-Diana, Fialhos e Irmão, Grael, Anselo, J.J. Gonçalves), reunidas, dia 13 de Outubro, no Teatro Garcia de Rezende;

1. É de primordial importância que as Comissões de Trabalhadores e de Moradores se liguem directamente às Comissões de Soldados e conjuntamente formem órgãos de poder que sejam verdadeiramente representativos dos interesses reais das massas exploradas.

É por isso que decidimos o nosso total apoio à manifestação promovida pelos SUV-Évora, como

afirmação de classe dos Soldados na sua luta por um exército que esteja declarado ao lado dos trabalhadores e que cada vez mais se destruam as divisões que se mantêm entre trabalhadores fardados e desfardados.

2. Organizarmo-nos, reforçar as nossas ligações é questão básica para a definição dos nossos interesses e objectivos e para podermos fazer frente a qualquer tentativa desesperada dos fascistas ou o seu camuflamento social-democrata.

3. Contudo, a assembleia critica o conteúdo de certas palavras de ordem e a não existência de nenhuma que foquem claramente a aliança directa dos Soldados com os órgãos de vontade popular e o repúdio total pelo avanço descarado da social-democracia.

Évora, 14 de Outubro de 1975

extraído
do órgão do MPLA
- "Vitória Certa"

MPLA — resistência popular

A resistência popular tem sido uma das constantes mais importantes da nossa história.

Conhecer o inimigo é a condição mais importante para se poder conduzir victoriosamente uma luta pela libertação popular.

Só conhecendo o inimigo podemos saber quais as forças com que pode contar o Povo. Só conhecendo o inimigo podemos criar as formas de resistência capazes de o destruir. Finalmente, só conhecendo o inimigo podemos definir claramente as fases do processo de luta e libertação em que nos encontramos e qual o futuro da luta.

O papel fundamental da vanguarda revolucionária do Povo é analisar o presente para prever historicamente o futuro.

Quando a fase moderna da luta de libertação nacional começou em 4 de Fevereiro de 1961, alguns diziam que a luta era contra o branco, outros diziam que a guerra era contra os portugueses. Uns julgavam que era possível libertar só uma parte do País não se interessando com o resto do Povo. Todas estas eram concepções erradas sobre a definição do inimigo.

Já nesta altura, a vanguarda revolucionária do Povo definiu quem era o inimigo principal: o imperialismo, e definiu o colonialismo português como o inimigo directo do nosso Povo.

Aqueles que pensavam que o colonialismo português era o inimigo principal ficaram surtos quando viram chegar a Angola as armas da NATO, os aviões americanos, as metralhadoras israelitas, as auto-metralhadoras francesas, as munições belgas, etc. A vanguarda revolucionária do Povo não se espantou, porque sabia que o inimigo principal não era o regime militarmente fraco de Salazar. Sabia que, por detrás desse sistema fantoche, estavam aquelas potências que não se contentam em explorar os seus próprios Povos, mas que vivem especialmente das injustas relações de exploração que impõem a muitos outros Povos.

Foi por isso que a vanguarda revolucionária do Povo se não espantou e definiu a fase da luta de libertação nacional como uma fase de luta popular prolongada. Esta fase durou mais de 14 anos. Durante todos estes anos de luta, o Povo

e a sua vanguarda revolucionária cresceram em organização e capacidade de luta. E também o imperialismo se foi transformando e criando as formas de luta e as organizações (UPA-FNLA-UNITA), que lhe permitissem manter no futuro a exploração que é a sua fonte de vida.

E foi assim que essas organizações, criadas e sustentadas por forças estranhas ao Povo, apareceram na nossa cena política, com todos os actos de nós conhecidos e que caracterizam os inimigos do Povo.

Como se caracterizam então os inimigos do Povo?

Pelos seus actos contrários às aspirações das vastas camadas trabalhadoras do nosso País. O objectivo dessas organizações era e é, na fase actual, tentar impedir que o Povo continue a reforçar-se tanto no aspecto da sua organização política como no campo mais específico da sua própria defesa.

Quem tem medo das armas na mão do Povo? Só aqueles que pretendem agir contra esse mesmo Povo e que querem vê-lo desarmado. O Povo nunca virará as armas contra si próprio. Deste modo, todo

aquele que estiver bém integrado no seio do Povo, todo aquele que fizer parte do Povo, pois ele próprio terá uma arma e defenderá com todos os outros trabalhadores nacionais as conquistas revolucionárias já obtidas.

A vanguarda revolucionária do Povo define a fase actual da nossa luta anti-imperialista como a fase de Resistência Popular Generalizada. Esta palavra de ordem é justa, porque as forças contrárias em presença são as seguintes: dum lado, um sistema internacional estrangeiro com os seus objectivos de exploração; do outro lado, a maioria esmagadora dos angolanos que sente e sabe que esse sistema é a causa da miséria que nos tem sido imposta.

Sendo a opressão imperialista caracterizada por uma ofensiva que tem por objectivo a subjugação de todo o Povo, a resposta só pode ser a mobilização geral do Povo com o objectivo da Defesa Popular Generalizada. É urgente pois a criação de uma Organização da Defesa Popular capaz de criar as estruturas e as condições de segurança tais que a sua deter-

minação e o seu poder criador destruam todas as arremetidas do imperialismo e de todos os seus agentes.

A defesa popular é por consequência a formação de células de Defesa Popular a nível dos centros de produção (fábricas, plantações, minas, etc.) e a nível dos locais de habitação, (bairros, quimbos, etc).

Organizado desta forma, o Povo tem nas suas mãos o Poder de destruir todos os actos dos seus inimigos, sejam estes invasões estrangeiras ou infiltrações de ideias e actos reaccionários, e tem também nas suas mãos a capacidade de construir o futuro feliz que merece e deseja.

MORTE AO IMPERIALISMO!



APOIAR O MPLA

A Casa de Angola (CA), Casa dos Estudantes das Colónias (CEC), Centro de Informação e Documentação Anticolonial (C.I.D.A.C.) e o Comité 4 de Fevereiro (MPLA) decidiram constituir-se em «Comissão de Apoio ao MPLA», com o objectivo de intensificar todas as formas de luta junto dos «Órgãos de Poder Popular» e demais organizações revolucionárias portuguesas. Face à proximidade do 11 de Novembro, data fixada para a independência de Angola, pretende-se criar um clima de debate no seio dos trabalhadores e do povo português em geral em torno da realidade angolana, e em consequência despertar um largo movimento de solidariedade com a luta do povo angolano e com o MPLA. Esse movimento deve traduzir-se na exigência da entrega de todo o poder ao MPLA no 11 de Novembro.

Camaradas:
O 25 de Abril de 1974 deu-nos a prova mais evidente que o processo de luta para a emancipação dos trabalhadores em Portugal está intimamente ligado à luta de libertação nacional e social dos povos das então colónias portuguesas.

A verdade de ontem inscreve-se hoje nas páginas da história comum dos trabalhadores portugueses e dos povos das colónias de uma forma bastante mais crua e dura, mas não menos real, sobretudo através do que se está a passar actualmente em Portugal e Angola.

Assim, enquanto assistimos aqui, em Portugal, à instauração de um Governo que tenta

movimento de libertação reconhecido pelas massas angolanas e no qual, neste momento, elas depositam a sua total confiança e esperança de libertação.

Camaradas, esta posição não é obra do acaso. Ela é consequência da diferença abismal entre as 3 organizações armadas de Angola que reside na sua natureza, seus objectivos e métodos de luta e, fundamentalmente, no seu comportamento face aos órgãos de expressão da vontade popular — as comissões de bairro do poder popular.

Assim como em Portugal os trabalhadores souberam encontrar formas organizativas que traduzissem na prática a sua vontade — as comissões de trabalhadores, as comissões de moradores, as assembleias populares, as ligas de camponeses pobres, os órgãos dos soldados — impondo o controle operário da produção, as nacionalizações das grandes empresas, o início da Reforma Agrária, etc., também em Angola os trabalhadores dos museus, perante os ataques brutais do Exército mer-

cenário da F.N.L.A. ávido de sangue e de chacina, souberam organizar-se autonomamente começando pela organização da autodefesa dos seus bairros, a provisão dos abastecimentos, campanhas de alfabetização e educação sanitária, meetings e comícios de debate político no sentido do esclarecimento das populações desses bairros. Da coordenação das várias comissões de bairro nasceram os órgãos do poder popular.

Camaradas:
Hoje, em Portugal, a contra-revolução joga fundamentalmente na destruição dos órgãos do poder popular através dos partidos da burguesia, do E.L.P. e do M.D.L.P.

Hoje em Angola o imperialismo e a contra-revolução jogam também na destruição desses órgãos e do M.P.L.A. — única força organizada e armada capaz de as defender e que, na prática, o tem feito — através dos seus laiaos, U.N.I.T.A. e F.N.L.A./U.P.A.

Não é por acaso que essas forças os têm atacado fisicamente, caluniado e condenado politicamente, apelidando-os de «sovietes de rua», «órgãos da contra-revolução» e tantos outros adjectivos bem conhecidos dos trabalhadores portugueses que também já foram alvos dessas mesmas calúnias.

Não é por acaso, camaradas,

que o secretário-geral do P.P.D., sr. Sá Carneiro, no comício do seu partido em Coimbra, no dia 12-10, ao atacar duramente os órgãos autónomos dos trabalhadores portugueses atacou o M.P.L.A.; não é por acaso que o sr. Sá Carneiro tenta desesperadamente impedir que aqui em Portugal os trabalhadores, através dos seus órgãos próprios, tomem a direcção e a resolução dos seus problemas, ao mesmo tempo que proclama a sua determinação em impedir que o poder no 11 de Novembro passe para as mãos do M.P.L.A.

Trata-se pois, camaradas, da defesa do processo revolucionário português, da defesa intransigente desses órgãos de vontade popular.

Trata-se, em Portugal, de apoiar o processo de libertação do povo angolano, apoiar os seus órgãos de base, apoiando o M.P.L.A.

Trata-se, em Portugal, de dar um combate sem tréguas a todas as forças que tentam isolar o único movimento de libertação de Angola — o M.P.L.A. — contribuindo assim para o avanço do processo revolucionário português na medida em que essas forças nostálgicas do Império Colonial são as mesmas que pretendem o retorno aos tempos de Salazar e Caetano.

Trata-se, pois, de pôr em prática o mais vivo espírito de internacionalismo proletário através de formas de luta como as que os trabalhadores souberam assumir aquando do bárbaro assassinato dos cinco militantes anti-franquistas, o mesmo espírito que tem orientado a solidariedade do povo português com a tragédia do povo chileno.

Trata-se, enfim, de encontrar todas as formas de luta que se traduzam, na prática, no apoio efectivo à luta do povo angolano exigindo que, no 11 de Novembro, todos os poderes sejam passados ao M.P.L.A.

Como diz Che Guevara, no momento histórico actual a derrota do processo revolucionário numa nação é a nossa própria derrota; a vitória da Revolução nessa nação é também a nossa vitória.

Apoiar o processo revolucionário angolano, apoiando o M.P.L.A., é defender a Revolução portuguesa.

Casa de Angola (C.A.)
Casa dos Estudantes das Colónias (C.E.C.)
Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (C.I.D.A.C.)
Comité 4 de Fevereiro
Lisboa, 14-10-75

É DEFENDER A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

KARL MARX

“Para nós não se trata de transformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de esconder os antagonismos de classe, mas de as suprimir; não se trata de reformar a sociedade existente, mas de fundar uma nova.”

Marx refere-se neste texto à situação que à altura vivia a Alemanha, e que se caracterizava pelo desenvolvimento da revolução democrática burguesa que, historicamente, «conquistará por um momento a influência decisiva dentro da Alemanha» (Marx), desenvolvendo a propósito qual a atitude que o proletariado e a Liga dos Comunistas deveriam adoptar face a ela.

(...) Os democratas pequeno-burgueses, longe de quererem subverter toda a sociedade a favor dos proletários revolucionários, aspiram a uma mudança das condições sociais com vista a tornar a sociedade existente tão suportável e cómoda quanto possível. (...) Para o que toca aos operários é evidente e primordial que permanecerão como antes: assalariados, ainda que os democratas pequeno-burgueses lhes dêem salários melhores e uma existência assegurada, confiando poder conseguir estas melhoras mediante a contratação pelo Estado e por meio de medidas de beneficência. Enfim, eles esperam corromper os operários com esmolas mais ou menos disfarçadas e quebrar a sua energia revolucionária com reformas que tornem um pouco mais suportável, de momento, a sua situação. Estas aspirações da democracia pequeno-burguesa que deixamos resumidas não são mantidas unanimemente por todas as fracções nem são a maioria os democratas pequeno-burgueses perante os quais elas aparecem como meta clara. (...)

Mas essas aspirações não servem de modo algum ao partido do proletariado. Enquanto que os democratas pequeno-burgueses aspiram a cancelar a revolução o mais cedo possível (...), a nossa missão é a de tornar a revolução permanente até que todas as classes mais ou menos possuidoras tenham sido afastadas do poder, que o Poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado e que, não só num país mas em todos os países dominantes, a associação dos proletários esteja suficientemente desenvolvida para fazer cessar em todos os países a concorrência dos proletários e concentrar nas suas mãos, pelo menos, as forças decisivas da produção.

Para nós, não se trata de transformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de esconder os antagonismos de classe, mas de as suprimir; não se trata de reformar a sociedade existente, mas de fundar

uma nova.

1. Na hora actual, os democratas pequeno-burgueses pregam ao proletariado a união e a reconciliação; estendem-lhe a mão e esforçam-se por constituir um grande partido, abarcando todos os matizes de um partido democrático; quer dizer, aspiram a alistar os operários numa organização de partido onde predomina a fraseologia social-democrata atrás da qual eles dissimulam os seus interesses particulares, uma organização onde é proibido, para não prejudicar a boa concórdia, fazer ouvir as reivindicações precisas do proletariado. Uma tal aliança só traria proveito aos pequeno-burgueses e à sua democracia e nunca ao proletariado. O proletariado perderia totalmente a sua posição independente, a tanto custo conquistada, e converter-se-ia num simples apêndice da democracia burguesa oficial. Esta aliança deve portanto ser rejeitada e afastada da maneira mais categórica. Em lugar de se reduzir uma vez mais a servir de coro e de claque aos democratas burgueses, os operários, e sobretudo a Liga, devem trabalhar para constituir, ao lado dos democratas oficiais, uma organização autónoma, pública e secreta, um partido operário, e fazer de cada comuna o centro e o núcleo de associações operárias onde a posição e os interesses do proletariado serão discutidos ao abrigo das influências burguesas. (...) Se se tratar de dar combate a um adversário comum não é necessária nenhuma união particular; desde que for necessário combater um tal adversário, os interesses dos dois partidos coincidem momentaneamente; e a aliança que se gera por um instante produz-se automaticamente, como até agora sempre aconteceu.

É claro que nos conflitos sangrentos que se preparam, os operários serão o agente principal da vitória, como no passado, sobretudo pela sua coragem, pela sua energia e pela sua dedicação. Como no passado, os pequeno-burgueses tomarão nesta luta, em mas-

sa e enquanto puderem, uma atitude vacilante, indecisa e passiva para, conseguida a vitória, a reivindicar para si, açambarcando-a e convidando os operários a observarem calma, a voltarem ao seu trabalho e a evitarem os chamados excessos; numa palavra, para excluir o proletariado dos frutos da vitória.

Não está nas mãos dos operários impedir que os democratas pequeno-burgueses procedam assim; mas está no seu poder tornar mais difícil esta subida e exaltação dos democratas face ao proletariado em armas, e ditar-lhes condições tais que a supremacia e o Governo da democracia burguesa albergue nas suas entranhas, logo desde o primeiro momento, o germen da sua morte, facilitando deste modo consideravelmente quando o momento chegar, a sua eliminação pela dominação do proletariado. E sobretudo necessário que os operários, durante o conflito e imediatamente após o combate, reajam o mais possível contra a acalmia preconizada pelos democratas burgueses e os forcem a pôr em prática as suas actuais frases bombásticas. Devem empregar esforços para que a agitação revolucionária não seja reprimida logo após o triunfo. E preciso, pelo contrário, manter essa agi-

tação tanto tempo quanto possível. Longe de se opor aos pretendidos excessos, aos exemplos de vingança popular contra indivíduos odiados ou contra edifícios públicos aos quais se prendem recordações odiosas, deve-se não só tolerar estes exemplos mas ainda tomar-lhes a direcção. Durante a luta e terminada esta, os operários deverão formular em todas as ocasiões, as suas exigências próprias ao lado das exigências dos democratas burgueses. Deverão exigir garantias para os operários, tão depressa quanto os democratas burgueses se disponham a ocupar o Governo. E se for necessário arrancarão estas garantias pela força, obrigando os novos governantes a todas as concessões e a todas as promessas possíveis e a melhor maneira de o fazer é a seguinte: (...)

Ao lado dos novos Governos oficiais, os operários devem estabelecer o mesmo tempo os seus próprios Governos revolucionários, seja sob a forma de municipalidade ou de conselhos municipais ou por meio de associações e comités operários, de maneira que os Governos democráticos burgueses não só percam o apoio dos operários, mas até se sintam vigiados e ameaçados desde o primeiro momento, por autori-

dade que tenham atrás de si toda a massa operária. Numa palavra: a partir do momento do triunfo, a desconfiança do proletariado não se deverá já voltar contra o partido reaccionário vencido mas contra os seus antigos aliados, contra o partido que quer explorar sózinho a vitória comum.

2. Mas, para se poder opor energeticamente a este partido cuja traição para com os operários começará desde a primeira hora da vitória, os operários devem estar armados e organizados (...) e oporem-se ao restabelecimento da antiga guarda nacional dirigida contra os operários. Onde tal não possa ser feito, os operários deverão procurar organizar-se em guarda proletária autónoma com chefes e o seu próprio estado-maior eleitos por eles mesmos, e sob as ordens dos conselhos municipais revolucionários implantados pela classe operária. (...) Não deverão, sob pretexto algum, deixar-se desposar das armas e munições e recusarão, pela força se necessário, qualquer tentativa de desarmamento. Aniquilar a influência dos democratas burgueses sobre os operários, realizar imediatamente a organização autónoma e o armamento dos operários opor à dominação, de momento inevitável, da democracia burguesa o máximo de condições embaraçosas e comprometedoras; eis os pontos principais que o proletariado e a Liga dos Comunistas nunca deverão perder de vista durante e depois da insurreição iminente.

3. Logo que os novos Governos se tenham relativamente consolidado, começará imediatamente a sua luta contra os operários. Neste caso, para que os operários possam enfrentar eficazmente os democratas pequeno-burgueses é necessário antes do mais que se organizem em associações e comités autónomos (...). A rápida organização pelo menos, de uma federação provincial dos comités operários, é um dos pontos mais importantes para o fortalecimento e desenvolvimento do partido operário.

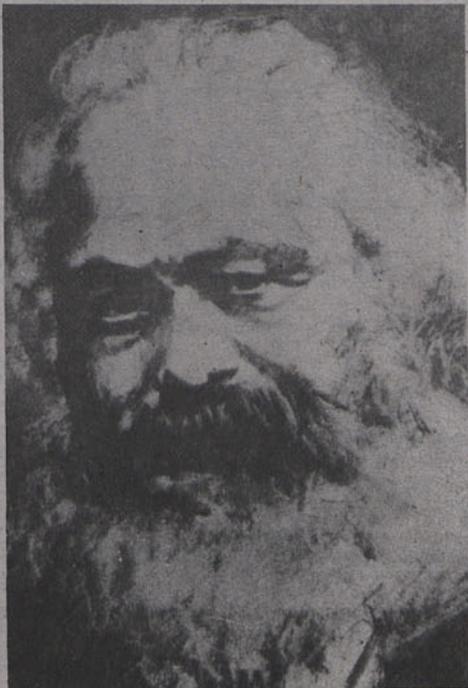
(...) Vimos como os democratas pequeno-burgueses subirão ao Poder e como eles serão obrigados a propor medidas mais ou menos socialistas. Pergun-

tar-se-á quais as medidas que os operários deverão opor a estas. É evidente que no começo do movimento os operários não podem ainda propor medidas directamente comunistas. Mas poderão: 1. Obrigar os democratas a intervir, no maior número de pontos possível, na organização social existente, perturbando a sua marcha regular, comprometendo-os a concentrar nas mãos do Estado o maior número de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de caiminhos-de-ferro, etc.

2. Levam ao extremo as proposições dos democratas que, de qualquer modo, não se mostrarão revolucionários mas simplesmente reformistas, e transformar estas proposições em ataques directos contra a propriedade privada. Assim por exemplo, se os pequeno-burgueses pretendem comprar os caminhos-de-ferro e as fábricas, os operários deverão exigir a sua pura e simples confiscação pelo Estado, sem qualquer espécie de indemnização, enquanto propriedade dos reaccionários. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários reclamarão o imposto progressivo; se os democratas propuserem eles mesmos um imposto progressivo moderado, os operários exigirão um sistema de impostos cujas escalões sejam tão altos que deitem por terra o grande capital. Se os democratas reclamarem a regularização da dívida pública, os operários proclamarão a bancarrota do Estado. Quer dizer, as reivindicações dos operários deverão regular-se sempre sobre as concessões e medidas dos democratas.

Os operários deverão contribuir eles próprios para a sua vitória final, tomando consciência dos seus interesses de classe, apresentando-se logo que possível como partido independente, e apesar das tiradas hipócritas dos democratas pequeno-burgueses, sem nunca por um só instante perder de vista a organização autónoma do partido do proletariado. O seu grito de guerra deve ser: a revolução ininterrupta!

K. Marx (1850) «Mensagem do Conselho Central da Liga dos Comunistas».



“Aniquilar a influência dos democratas burgueses sobre os operários, realizar imediatamente a organização autónoma e o armamento dos operários.”

AO GOLPISMO REACIONÁRIO OPOREMOS O EXÉRCITO POPULAR

A organização dos soldados e marinheiros a que se unem os oficiais e sargentos revolucionários é a força ofensiva que fará desmoronar a estratégia da social-democracia e do fascismo.

Camaradas Soldados e Marinheiros: é cada vez mais nítida a manobra envolvente que as forças da burguesia a nível militar e civil lançam contra as organizações populares de soldados e marinheiros.

A resistência destas organizações aos golpes que

que foram «premiados» centenas de camaradas, mais não são do que a tentativa para desmobilizar e afastar dos quartéis os elementos mais combativos.

As medidas administrativo-políticas vão até à passagem à «peluda» de incorporações de 1974, outra forma de afastamento que contraria frontalmente a ideia que as cúpulas militares nos pretendem impingir ao criarem o AMI que não temos tropas fileiras regulares para participarem em tal orga-

A lei de recolha de armas, a legitimar posteriores rusgas a organizações progressistas, a criação do AMI, as declarações dos fascistas Sá Carneiro, Galvão de Melo, Freitas do Amaral, etc, as posições de Vasco Lourenço e Jaime Neves face a um confronto militar, dão bem a ideia que a burguesia joga na desordem e na indisciplina que no «paleio» pretendem defender.

Camaradas!

Demonstrámos no Porto, em Coimbra, Lisboa, Évora, etc., que estamos ao lado dos camponeses e dos operários ao marcharmos a seu lado em manifestações de rua.

Os SUV justamente têm unificado e dado conteúdo global à nossa luta. As correctas palavras de ordem que os trabalhadores e os soldados gritaram naquelas manifestações têm de corresponder a formas organizativas de Poder Popular e de estruturas de praças nas Unidades!

Os SUV, a partir dos seus Comités nas unidades militares, são a expressão de vanguarda política, que não só unifica numa perspectiva proletária as lutas revolucionárias desencadeadas nos quartéis como também dirige nos aspectos essenciais a correcta articulação das comissões de soldados com as restantes estruturas do Poder Popular, que são as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores e os Conselhos de Aldeia.

Os SUV, como expressão de vanguarda, deverão dinamizar a criação do poder democrático dos soldados que mais não é que a expressão do Poder Popular no seio dos quartéis.

Sob a direcção da estrutura de vanguarda OS SUV o poder democrático dos soldados exprime-se através das Comissões de Soldados.

Ao longo de todo este processo e pressionado pelas movimentações revolucionárias nos quartéis, o poder foi obrigado a legalizar órgãos onde de algum modo a voz dos soldados se faz sentir, mas em condições desfavoráveis. Esses órgãos são as ADU's.

Que posição deve ser tomada relativamente às ADU's?

Em geral, o princípio que deve nortear a acção da organização revolucionária dos soldados nas ADU's deve ser o do aproveitamento dos espaços legais para melhor levar a cabo as tarefas revolucionárias que, do ponto de vista organizativo, devem estar centradas nos órgãos autónomos e de classe dos trabalhadores fardados.

Assim, a intervenção revolucionária nas ADU's deve dirigir-se no sentido de combater o seu controlo pelos oficiais e sargentos reaccionários, ganhar para o nosso lado os sargentos e oficiais progressistas e revolucionários e neutralizar os hesitantes.

O facto de proclamarmos como palavra de ordem central a criação de Comissões de Soldados não significa que desprezemos o espaço legal e consentido que as ADU's proporcionam.

As tentativas de manipulação partidária no seio de tais organizações devem ser firmemente desmascaradas. À tentativa de instrumentalização por parte de forças conciliadoras e reformistas devemos responder com a aliança de classe dos soldados marinheiros, operários e camponeses!

EM FRENTE COM A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE SOLDADOS E MARINHEIROS!



o capital, por múltiplas formas lhes aplica, provoca o desespero das forças de direita, que a coberto da social-democracia cada vez mais alargam o seu campo de acção.

Primeiro a tentativa de neutralizar o Ralis e a PM, unidades cuja democraticidade e orgânica interna já permitem uma articulação com as comissões de moradores e de trabalhadores, o que como é obvio a burguesia pretende impedir. Depois, o combate reaccionário às ADU'S e a estruturas de classe dentro de Unidades como o CIAAC, EPI, RIOQ, etc. que são apenas os casos mais nítidos da ofensiva militarista em todo o País.

Por fim, a luta desenvolvida pelos camaradas do CICAP e do RASP veio agudizar tensões no âmbito militar e levaram à tentativa de alargar os saneamentos à esquerda recorrendo a artimanhas nunca vistas. Assim, as férias e as licenças registadas com

nismo! A reabertura do CICAP e a não aplicação de quaisquer castigos aos camaradas que apoiarem aquela justa luta é uma conquista que temos de garantir!

Camaradas! O descaramento fascista dos oficiais reaccionários é indício que se preparam para abafar em sangue a luta dos trabalhadores fardados ou não. O conluio evidente de Pires Veloso com os fascistas do P.P.D. e do C.D.S. nas provocações e ataques ao RASP e CICAP devem contribuir para fortalecer a nossa consciência de classe e para avançarmos na organização de Comissões de Soldados

À boa maneira Spinoquista, tentam agora os Jaimes Neves, Castros, etc, pressionar as cúpulas político militares ao reconhecimento de uma situação justificadora de um Estado de sítio.